

AVISO**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

LICITAÇÃO LC00526 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA A SUPERVISÃO DE PROJETOS E DE OBRAS DA LINHA 10 - TURQUESA DA CPTM, COMPREENDENDO AS OBRAS DE ACESSIBILIDADE, NR24 E AVCB DAS ESTAÇÕES SANTO ANDRÉ E MAUÁ.

Sessão Pública: 07/08/2026 às 10:00 horas, na Rua Boa Vista nº 162, Edifício Cidade IV, 1º andar, Centro, São Paulo - SP.

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM comunica que, observadas as disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023, o edital estará disponível a partir do dia 26/05/2026, nos sites www.cptm.sp.gov.br e www.doe.sp.gov.br e na Rua Boa Vista nº 162, Edifício Cidade IV, 1º andar, Centro, São Paulo - SP.

Os anexos referentes ao item 8 das Condições Gerais de Execução - Anexo 1 do Edital deverão ser retirados no site www.cptm.sp.gov.br ou no Protocolo de Licitações, situado na Rua Boa Vista nº 162, Edifício Cidade IV, 1º andar, Centro, São Paulo - SP, mediante apresentação de DVD ou pen drive.

**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS
METROPOLITANOS - CPTM**

LICITAÇÃO LC00526

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS
DE ENGENHARIA PARA A SUPERVISÃO DE PROJETOS E DE
OBRAS DA LINHA 10 - TURQUESA DA CPTM,
COMPREENDENDO AS OBRAS DE ACESSIBILIDADE, NR24
E AVCB DAS ESTAÇÕES SANTO ANDRÉ E MAUÁ.**

PRIMEIRA PARTE

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

ÍNDICE:

PRIMEIRA PARTE - ÍNDICE

SEGUNDA PARTE - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

- 1 Documentos Integrantes
- 2 Objeto
- 3 Condições de Participação
- 4 Consórcio
- 5 Prazo de Execução dos Serviços
- 6 Credenciamento
- 7 Forma de Apresentação
- 8 Conteúdo do Envelope “A” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)
- 9 Abertura dos Documentos para Habilitação
- 10 Conteúdo do Envelope “B” (PROPOSTA TÉCNICA)
- 11 Abertura da Proposta Técnica
- 12 Conteúdo do Envelope “C” (PROPOSTA COMERCIAL)
- 13 Abertura da Proposta Comercial
- 14 Julgamento dos Documentos para Habilitação
- 15 Julgamento da Proposta Técnica
- 16 Julgamento da Proposta Comercial
- 17 Julgamento Final - Ponderação entre Técnica e Preço
- 18 Publicação do Resultado Final da Licitação
- 19 Recurso Administrativo
- 20 Contratação
- 21 Penalidades
- 22 Garantia de Adimplemento Contratual
- 23 Disposições Finais

TERCEIRA PARTE - MINUTA DE CONTRATO

- 1 Objeto
- 2 Documentos Integrantes
- 3 Execução dos Serviços
- 4 Prazo de Execução dos Serviços e de Vigência
- 5 Valor do Contrato
- 6 Dotação Orçamentária
- 7 Regime de Execução
- 8 Medição
- 9 Condições de Pagamento
- 10 Reajustamento de Preços
- 11 Tributos
- 12 Garantia de Adimplemento do Contrato
- 13 Obrigações da CPTM
- 14 Obrigações da CONTRATADA
- 15 Pessoal
- 16 Fiscalização
- 17 Penalidades
- 18 Rescisão
- 19 Subcontratação
- 20 Garantia Técnica
- 21 Propriedade da Documentação Técnica
- 22 Direitos Autorais
- 23 Alterações
- 24 Comunicações
- 25 Condições de Recebimento do Objeto do Contrato
- 26 Novação
- 27 Legislação Aplicável
- 28 Vínculo ao Edital
- 29 Foro

QUARTA PARTE - ANEXOS DO EDITAL

ANEXO 1	Condições Gerais de Execução
ANEXO 2	Planilha de Quantidades e Preços Propostos
ANEXO 3	Cronograma Físico-Percentual
ANEXO 4	Modelo de Proposta
ANEXO 5	Modelo de Carta de Credenciamento
ANEXO 6	Modelo de Declaração de Regularidade junto ao Ministério do Trabalho
ANEXO 7	Declaração - Regime Tributário e Informações Complementares
ANEXO 8	Planilha de Quantidades e Orçamento Estimado
ANEXO 9	Modelo de Demonstrativo de Capacidade Econômico-Financeira
ANEXO 10	Modelo de Declaração de Atendimento às Condições de Participação
ANEXO 11	Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
ANEXO 12	Modelo de Histórico Profissional
ANEXO 13	Modelo de Declaração de Disponibilidade de Profissionais
ANEXO 14	Declaração de Ciência e Responsabilidade
ANEXO 15	Termo de Ciência e de Notificação
ANEXO 16	Modelo de Declaração de Parte Relacionada

SEGUNDA PARTE

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

LICITAÇÃO LC00526

A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM comunica que, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023, dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 (Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), da legislação pertinente, das normas internas específicas da CPTM, do Código de Conduta e Integridade da CPTM, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, e pela Política de Segurança da Informação da CPTM, no âmbito da execução do objeto deste Contrato e pelas condições constantes deste edital, realizará LICITAÇÃO pelo modo de disputa FECHADO, na forma PRESENCIAL, critério de julgamento MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO. Os envelopes "A" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO), "B" (PROPOSTA TÉCNICA) e "C" (PROPOSTA COMERCIAL) deverão ser entregues na sessão pública de processamento da LICITAÇÃO, até o término da etapa de credenciamento dos interessados em participar do certame. A sessão pública de processamento da LICITAÇÃO será realizada na Sala de Licitações da CPTM, localizada na Rua Boa Vista nº 162, Edifício Cidade IV, 4º andar, Centro, São Paulo - SP, sendo gravada em áudio e vídeo, conforme determina o § 1º do artigo 11 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023, bem como conduzida pelo Licitador ou Comissão de Licitação, designado(a) nos autos do processo respectivo.

1 DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 1.1 Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os documentos que compõem a sua quarta parte.
- 1.2 As PROPONENTES deverão ter pleno conhecimento dos termos deste edital, devendo verificar as condições atuais, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo para a correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações ou reclamações posteriores relativamente à falta de quaisquer documentos ou informação.

2 OBJETO

- 2.1 A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para a supervisão de projetos e de obras da Linha 10 - Turquesa da CPTM, compreendendo as obras de acessibilidade, NR24 e AVCB das Estações Santo André e Mauá.

- 2.2 Na execução dos serviços deverão ser observadas as condições e exigências constantes do Anexo 1 - Condições Gerais de Execução e as condições estabelecidas na Minuta de Contrato - Terceira Parte deste edital.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste certame todas as empresas interessadas, isoladas ou reunidas em consórcio, que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, exceto:
- 3.1.1 as empresas estrangeiras, que não estejam regularmente estabelecidas no Brasil e as que estejam impedidas de participar de licitação ou de ser contratada pela CPTM, nos termos dos arts. 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023; e
 - 3.1.2 as empresas contratadas, isoladamente ou como integrantes de consórcio, signatárias dos contratos vinculados aos instrumentos convocatórios da elaboração dos projetos executivos e execução das obras, cujo escopo será alvo da supervisão objeto da presente licitação.
- 3.2 É vedada a participação de cooperativas nesta licitação, nos termos do parágrafo único ao artigo 29 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04/12/2023, bem como nos termos da Deliberação do TCE (SEI nº 0017011/2021-10) de 15/12/2022.

4 CONSÓRCIO

- 4.1 Admitir-se-á a formação de consórcio composto por empresas que satisfaçam às condições expressas no presente edital, com a apresentação dentro do envelope "A" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO), conforme exigência constante do subitem 8.1.6, da seguinte documentação:
- 4.1.1 Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito por todas as consorciadas, devendo do mesmo constar os seguintes requisitos:
 - I) Denominação do consórcio;
 - II) Composição do consórcio, com a indicação do percentual da participação de cada uma das consorciadas;
 - III) Objetivo do consórcio;
 - IV) Indicação da empresa líder que representará o Consórcio perante a CPTM;

- V) Compromissos e obrigações de cada consorciada em relação ao objeto da presente licitação, em especial e expressamente:
- a) de responsabilidade solidária pelos atos praticados pelo consórcio em relação a esta licitação e, posteriormente, ao contrato;
 - b) de responsabilidade individual e solidária pelas respectivas obrigações de ordem técnica, fiscal e administrativa, até a conclusão dos serviços que vierem a ser contratados com o consórcio;
 - c) de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma modificada, sem prévia anuência da CPTM, até a conclusão dos serviços que vierem a ser contratados;
 - d) de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros.

4.1.2 Procuração das consorciadas outorgando à empresa líder poderes para representá-las em todos os Atos da presente licitação.

4.2 A PROPONENTE consorciada fica impedida de participar de outro consórcio ou de oferecer documentação isoladamente nesta licitação.

4.3 O consórcio PROPONENTE, se vencedor da licitação, fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o seu registro na Junta Comercial de sua Sede, nos exatos termos do compromisso de que trata o subitem 4.1.1, e na forma estabelecida na Lei Federal nº 6.404/76 e alterações, bem como sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

4.4 O pagamento será efetuado ao consórcio, não sendo admitido o pagamento individualizado aos integrantes do mesmo.

4.5 A desqualificação de qualquer empresa consorciada acarretará a desqualificação do consórcio; a qualificação isolada de empresa integrante do consórcio não a qualificará como PROPONENTE individual.

5 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo para execução dos serviços é de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida, pela CPTM, em até 15 (quinze) dias corridos da assinatura do contrato.

6 CREDENCIAMENTO

6.1 Os documentos de credenciamento das empresas que tenham a intenção de se fazerem representar, bem como de participar dos trabalhos nas sessões

públicas, serão entregues em separado dos envelopes, diretamente ao Licitador ou Comissão de Licitação, no dia e horário designados para o recebimento da documentação e das propostas, juntamente com documento de identidade, legalmente reconhecido, do credenciado.

6.2 Cada PROPONENTE apresentar-se-á com apenas um representante legal que será o único admitido a intervir em todas as etapas do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada.

6.2.1 É vedada a participação de uma única pessoa como representante legal de mais de uma PROPONENTE.

6.3 A Carta de Credenciamento deverá ser elaborada de acordo com o modelo (Anexo 5) constante da Quarta Parte deste edital.

6.4 A não apresentação ou a apresentação em desconformidade dos documentos de credenciamento não ensejará a desclassificação/inabilitação, apenas impedirá, que a PROPONENTE se manifeste durante os trabalhos da sessão de processamento da licitação, que proceda a negociação e que assine a Ata ou quaisquer outros documentos.

6.5 Em se tratando de consórcio o mesmo será representado pela empresa líder.

6.6 Havendo interesse em exercer o direito de preferência previsto na Lei Complementar 123/06, as PROPONENTES que se apresentarem na condição de microempresas e/ou de empresas de pequeno porte deverão comprovar o respectivo enquadramento através da apresentação da Declaração de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo 11 deste edital, acompanhada:

6.6.1 da certidão expedida pela Junta Comercial em que está registrada, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/07, do Departamento Nacional de Registro de Comércio, no caso de sociedade empresária ou de empresário, na forma referida no artigo 966 da Lei 10.406/02.

6.6.2 da certidão de breve relato expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas em que está registrada, no caso de sociedade simples.

6.7 A ausência do credenciado, em qualquer momento das sessões públicas, sem a autorização do Licitador ou Comissão de Licitação, importará na concordância da PROPONENTE por ele representada, com todos os atos praticados durante a sua ausência.

7 FORMA DE APRESENTAÇÃO

7.1 Os envelopes “A” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO), “B” (PROPOSTA TÉCNICA) e “C” (PROPOSTA COMERCIAL) deverão conter na parte externa, além da razão social da PROPONENTE, as seguintes indicações:

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÕES E COMPRAS
LICITAÇÃO LC00526
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA
REFERÊNCIA AO CONTEÚDO:
ENVELOPE “A” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)
ENVELOPE “B” (PROPOSTA TÉCNICA)
ENVELOPE “C” (PROPOSTA COMERCIAL)

7.2 Os envelopes “A” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO), “B” (PROPOSTA TÉCNICA) e “C” (PROPOSTA COMERCIAL) deverão ser entregues, devidamente fechados e indevassáveis, até o término da etapa de credenciamento dos interessados em participar do certame, acompanhados, de forma avulsa, da Declaração de Atendimento às Condições de Participação, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo 10.

7.2.1 No caso de Consórcio, a Declaração de Atendimento às Condições de Participação (Anexo 10) deverá ser apresentada por cada uma das consorciadas ou pelo representante da empresa líder.

7.3 As PROPONENTES deverão apresentar os documentos estritamente necessários, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório ou pelo Licitador ou Comissão de Licitação ou por um funcionário da CPTM participante das sessões públicas, ou ainda, por publicação em órgão oficial, perfeitamente legível, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

7.4 Os documentos deverão ser apresentados em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas.

7.5 Para efeito de padronização, os documentos, quando for o caso, deverão ser apresentados conforme modelos constantes da Quarta Parte deste edital.

8 CONTEÚDO DO ENVELOPE “A” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

O Envelope "A" deverá conter os Documentos para Habilitação descritos a seguir, que deverão ser apresentados em 2 (duas) vias, em volumes distintos, de conteúdos idênticos, devendo cada via conter folhas numeradas sequencialmente, todas rubricadas e afixadas entre si, encadernados, em tamanho A4, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Uma das vias deverá conter originais ou cópias autenticadas (Via Original), a qual se destinará à juntada no processo, sendo que a outra via (Via Cópia), deverá conter cópias simples. Cada via deverá conter na capa a titulação do conteúdo, o nome da PROPONENTE, o número desta LICITAÇÃO e o seu objeto.

Cada uma das vias deverá conter o Termo de Início e o Termo de Encerramento, este ao final do volume. O Termo de Início deverá conter a indicação da quantidade de folhas que o compõem e o seu conteúdo (índice dos documentos).

A via original poderá, também, ser acompanhada de sua versão digitalizada em 3 (três) em mídias eletrônicas distintas (CD-ROM ou DVD-ROM ou pen drive). Caso haja diferença entre algum(ns) dos documentos valerá(ão) o(s) documento(s) original(is) ou autenticado(s).

8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores.

8.1.2 Registro do empresário na Junta Comercial.

8.1.3 Inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da designação da diretoria em exercício.

8.1.4 Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

8.1.5 No caso de consórcio, Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio, acompanhado da Procuração das consorciadas, conforme disposto nos subitens 4.1.1 e 4.1.2 deste edital.

8.1.6 No caso de consórcio, os documentos elencados nos subitens 8.1.1 a 8.1.4 deverão ser apresentados por cada uma das consorciadas.

8.1.7 A PROPONENTE está dispensada da apresentação dos documentos de habilitação, exigidos nos subitens 8.1.1 a 8.1.5, que tiverem sido apresentados na etapa de credenciamento desta licitação.

8.2 REGULARIDADE FISCAL

Caso a PROPONENTE participe da licitação por meio da matriz, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal em nome e CNPJ da matriz.

Caso a participação da PROPONENTE se dê por meio de uma de suas filiais, deverão ser apresentados documentos comprobatórios de regularidade fiscal em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente sejam emitidos somente em nome da matriz.

- 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) da PROPONENTE.
- 8.2.2 Prova de regularidade relativa à seguridade social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
 - a) a regularidade para com a seguridade social estará comprovada mediante a apresentação de Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dando conta da regularidade dos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados.
- 8.2.3 Prova de situação regular perante o FGTS (Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF) e que esteja dentro do prazo de validade nele atestado.
- 8.2.4 No caso de consórcio, os documentos elencados nos subitens 8.2.1 a 8.2.3 deverão ser apresentados por cada uma das consorciadas.

8.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.3.1 Comprovante de registro da(s) PROPONENTE(S) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.
- 8.3.2 Comprovação de aptidão da(s) PROPONENTE(S) para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características e quantidades, com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, individualmente ou como membro de um consórcio, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
 - a) Para fins de comprovação das características e quantidades a que se refere este subitem, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a alocação mínima, de horas técnicas, na quantidade de 21.000 Hxh, de:
 - a1) serviços de supervisão / fiscalização de obras civis metroferroviárias; ou
 - a2) serviços de supervisão / fiscalização de projetos civis metroferroviários.
 - b) O(s) atestado(s) referente(s) aos serviços indicados no subitem 8.3.2, alíneas “a”, “a1” e “a2”, deverá(ão) estar devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

- b1) Na hipótese de a licitante não conseguir apresentar o registro do atestado de capacidade técnico-operacional no competente órgão de classe, deverá demonstrar que o pedido de registro foi protocolado junto ao órgão e está em curso ou deverá apresentá-lo acompanhado de declaração do órgão de que não promove o registro no documento.
- c) O(s) atestado(s) poderá(ão) referir-se a contrato(s) em andamento, desde que o(s) mesmo(s) demonstre(m) que os serviços realizados, até então, são compatíveis com o solicitado nas alíneas “a”, “a1” e “a2”.
- d) Admitir-se-á, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos atestados.
- e) Em se tratando de consórcio, a comprovação de que trata o subitem 8.3.2, poderá ser feita por uma das empresas ou por meio de somatório dos atestados de capacidade técnica apresentados por cada uma das consorciadas.
- f) A terminologia “horas técnicas” refere-se a horas dos profissionais da equipe técnica efetiva, desconsiderando as horas da equipe de apoio ou de apoio administrativo, tais como: horas de motoristas, secretárias, vigilantes, contínuos etc.

8.3.3 No caso de consórcio, cada uma das consorciadas deverá apresentar o documento de que trata o subitem 8.3.1.

8.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.4.1 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, ou balanço de abertura para empresas criadas no exercício financeiro da licitação, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.4.1.1 A comprovação da boa situação financeira da PROPONENTE deverá ser demonstrada através do seguinte índice:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) > ou = 1,00

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

8.4.2 Caso a PROPONENTE seja filial, deverá apresentar o balanço patrimonial consolidado da matriz.

- 8.4.3 As PROPONENTES, juntamente com o documento exigido no item 8.4.1, deverão demonstrar os cálculos com a indicação do índice alcançado, nos termos do subitem anterior, conforme Anexo 9 - Modelo de Demonstrativo de Capacidade Econômico-Financeira.
- 8.4.4 No caso de consórcio, o Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis, deverão ser apresentados individualmente por cada uma das consorciadas.
- 8.4.5 No caso de consórcio o índice de que trata o subitem 8.4.1.1 deverá ser comprovado individualmente.
- 8.4.6 Prova de que na data estabelecida para a entrega das propostas, possui capital social ou patrimônio líquido de no mínimo R\$ 863.071,61 (oitocentos e sessenta e três mil, setenta e um reais e sessenta e um centavos), admitida a atualização por índices oficiais.
- 8.4.7 Em se tratando de consórcio, o valor mínimo a que se refere o subitem 8.4.6, será acrescido de 30% (trinta por cento) do valor exigido para PROPONENTE individual, totalizando R\$ 1.121.993,09 (um milhão, cento e vinte e um mil, novecentos e noventa e três reais e nove centavos), podendo ser comprovado pela soma dos capitais ou dos patrimônios líquidos das empresas que o compõem.
- 8.4.8 Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede (matriz) da pessoa jurídica, para “Sociedade Empresária”.
- a) Na hipótese de recuperação judicial/extrajudicial, deve a PROPONENTE apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, com autorização expressa para a participação em processos de licitação; ou laudo de constatação prévia das reais condições de funcionamento do devedor nos termos do art. 51 - A, da Lei 11.101/05 acompanhado do despacho de deferimento do processamento da recuperação judicial; ou decisão interlocutória do juízo do processamento da recuperação autorizando a participação em processos de licitação; ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.
- 8.4.9 Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida pelo Distribuidor Judicial das Varas Cíveis em geral, da Comarca onde a empresa está sediada, para “Sociedades Simples”.
- 8.4.10 No caso de consórcio, cada uma das consorciadas deverá apresentar as certidões de que tratam os subitens 8.4.8 e 8.4.9.
- 8.5 O Envelope “A” deverá conter ainda, os seguintes documentos:

- 8.5.1 Declaração, sob as penas da lei que a PROPONENTE encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo 6;
 - 8.5.2 Declaração - Regime Tributário e Informações Complementares, conforme modelo constante do Anexo 7.
 - 8.5.3 Declaração de Parte Relacionada, conforme modelo constante do Anexo 16;
 - 8.5.4 No caso de consórcio, cada uma das consorciadas deverá apresentar as declarações de que tratam os subitens 8.5.1 a 8.5.3.
- 8.6 Não será admitida a apresentação no envelope “A” (DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO), qualquer referência ao conteúdo dos Envelopes “B” (PROPOSTA TÉCNICA) e “C” (PROPOSTA COMERCIAL).
- 8.7 A CPTM poderá, a qualquer momento e sempre que necessário, efetuar diligência e solicitar maiores esclarecimentos sobre a documentação apresentada, inclusive a terceiros, visando melhor verificação e julgamento.

9 ABERTURA DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

- 9.1 Os envelopes “A” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO) serão abertos após o término da etapa de credenciamento ocasião em que os documentos poderão ser rubricados pelos representantes presentes das empresas participantes, sendo em seguida juntados ao processo respectivo. As cópias serão franqueadas aos representantes das empresas presentes na própria sessão pública.
- 9.2 Os envelopes “B” (PROPOSTA TÉCNICA) e “C” (PROPOSTA COMERCIAL) serão rubricados pelo Licitador ou Comissão de Licitação e, de forma voluntária, pelos representantes das empresas presentes, onde permanecerão sob a guarda da CPTM, após o que será encerrada a sessão pública.
- 9.3 A apreciação, a verificação e julgamento dos documentos para habilitação, caso não possam ser realizados na própria sessão, serão feitos posteriormente à sessão destinada a sua abertura sendo, para tanto, obedecidas, rigorosamente, as disposições contidas neste edital.
- 9.4 O resultado da verificação e julgamento dos documentos para habilitação e a data da sessão pública destinada a abertura dos envelopes “B” (PROPOSTA TÉCNICA), das PROPONENTES que tenham sido habilitadas, serão divulgados por meio de aviso publicado no site www.cptm.sp.gov.br, havendo a possibilidade da interposição de recurso administrativo, nos termos do subitem 19.2.

10 CONTEÚDO DO ENVELOPE “B” (PROPOSTA TÉCNICA)

O Envelope “B” deverá conter a proposta técnica, que deverá ser apresentada em 2 (duas) vias, em volumes distintos, de conteúdos idênticos, devendo cada

via conter folhas numeradas sequencialmente, todas rubricadas e afixadas entre si, encadernados, em tamanho A4, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Uma das vias deverá conter originais ou cópias autenticadas (Via Original), a qual se destinará à juntada no processo, sendo que a outra via (Via Cópia), deverá conter cópias. Cada via deverá conter na capa a titulação do conteúdo, o nome da PROPONENTE, o número desta LICITAÇÃO e o seu objeto.

Cada uma das vias deverá conter o Termo de Início e o Termo de Encerramento, este ao final do volume. O Termo de Início deverá conter a indicação da quantidade de folhas que o compõem e o seu conteúdo (índice dos documentos).

A via original poderá, também, ser acompanhada de sua versão digitalizada em mídia eletrônica (em CD-ROM ou DVD-ROM ou em pen drive).

Caso haja diferença entre algum(ns) dos documentos valerá(ão) o(s) documento(s) original(is) ou autenticado(s).

10.1 A documentação deverá ser apresentada contendo os seguintes elementos:

10.1.1 ÍNDICE

Conterá os itens e a paginação dos tópicos de cada elemento correspondente à matéria incluída, visando permitir a operacionalização da avaliação pela CPTM.

10.1.2 METODOLOGIA DO TRABALHO

A PROPONENTE deverá apresentar trabalho dissertativo, de forma clara e objetiva, que será avaliado conforme os critérios constantes do subitem 15.1.1, versando sobre os seguintes temas:

a) Qualidade Técnica da Proposta (Na):

a1) Apresentação da estrutura dos produtos constantes nas Condições Gerais de Execução - Anexo 1 e na Especificação Técnica ET BI2820-9, relacionando os itens a serem fornecidos à CPTM para atendimento ao escopo dos produtos, tais como: relatórios técnicos, memoriais descritivos, quadro de áreas memoriais de cálculo, especificações técnicas, pareceres, planilhas, critérios de medições, matrizes e outros documentos necessários à execução dos serviços e em atendimento às legislações e normas vigentes;

a2) Apresentação do plano de qualidade para este objeto.

b) Compreensão da Metodologia de Trabalho (Nb):

b1) Apresentação do método de controle e análise de projetos;

- b2) Apresentação do método de acompanhamento de cronograma físico e financeiro do contrato;
 - b3) Apresentação da metodologia de fiscalização das obras e das atividades de implantação.
 - c) Organização e Processos (Nc):
 - c1) Apresentação dos fluxos de comunicação e processos de supervisão de projetos e das obras civis, contemplando as partes interessadas e as interfaces com as outras disciplinas;
 - c2) Apresentação do organograma funcional da equipe técnica;
 - c3) Apresentação da matriz de responsabilidades com as atividades dos serviços de supervisão e indicação das responsabilidades de todos os envolvidos.
 - d) Supervisão Ambiental (Nd):
 - d1) Apresentação do Plano de Supervisão Ambiental de acordo com o PR BD9549-3;
 - d2) Apresentação do Plano de Trabalho de Supervisão de Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a NI.01/011 - Cláusula de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras das Dependências da CPTM.
 - e) Tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos (Ne):
 - e1) Apresentação das inovações tecnológicas para a supervisão das atividades;
 - e2) Apresentação dos recursos de TI (softwares/sistemas e hardwares) e outros equipamentos que serão empregados na supervisão.
- 10.1.2.1 Este trabalho deverá ser apresentado impresso em papel formato A4, fonte padrão Arial mínimo 12, espaço simples, em até 40 (quarenta) páginas para os temas. Peças gráficas que excederem este tamanho (ilustrações, desenhos, croquis etc.) poderão ser inseridas e dobradas em formato A4, sendo que cada face A4 utilizada contará uma página; os textos (exceto legendas ou carimbos de identificação), quando inseridos nessas peças, poderão ser também na fonte padrão Arial 12.

- 10.1.2.2. Para a realização deste trabalho, poderão ser utilizadas como fonte de consulta quaisquer informações disponibilizadas ou constantes do Edital e seus anexos, bem como de outras fontes, desde que citadas e de conhecimento público.

10.1.3 EQUIPE DE PROFISSIONAIS

- 10.1.3.1 Deverá ser apresentada pela PROPONENTE a relação nominal dos profissionais da Equipe Técnica Chave (Coordenador Geral, Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Projetos e Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Obras e Implantações), para o cumprimento do objeto da licitação, conforme modelo apresentado na Relação da Equipe Técnica ET BI2820-9, acompanhada do respectivo histórico profissional (Anexo 12), da declaração formal de disponibilidade de profissionais (Anexo 13) e do diploma devidamente registrado no órgão competente (MEC), ou da Carteira de Identidade emitida pelo respectivo órgão de classe profissional devidamente registrado no órgão competente. É obrigatório que o currículo profissional seja acompanhado de documentos hábeis (tais como: Atestados de Capacidade Técnica, CTPS ou Declarações emitidas pelas empresas contratantes e CAT's acompanhado do devido Atestado) que comprovem os serviços especificados no histórico profissional. No caso das Declarações emitidas pelas empresas contratantes, essas deverão estar acompanhadas por documentos comprobatórios.
- 10.1.3.2 Os profissionais propostos para a Equipe Técnica Chave, indicados a seguir, serão pontuados, para atribuição da nota técnica, conforme critérios constantes do subitem 15.1.2:
- a) Coordenador Geral (CG): deverá ser indicado 1 (um) profissional com formação superior em Engenharia Civil, com registro profissional no CREA, possuindo experiência como coordenador ou como responsável técnico em:
 - a1) supervisão / gerenciamento / fiscalização de obras civis ferroviárias; ou
 - a2) supervisão / gerenciamento / fiscalização de obras civis metroviárias.
 - b) Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Projetos (CSCFP): deverá ser indicado 1 (um)

profissional com formação superior em Engenharia Civil, com registro profissional no CREA e possuindo experiência na utilização da metodologia BIM (BUILDING INFORMATION MODELING) aplicada à coordenação ou supervisão de projetos, possuindo experiência como coordenador ou como responsável técnico ou corresponsável técnico ou chefe de departamento ou gerente em:

- b1) coordenação ou supervisão ou fiscalização da elaboração de projetos de obras civis ferroviárias ou metroviárias; ou
- b2) coordenação ou supervisão ou fiscalização de elaboração de projetos de obras civis de infraestrutura de transporte contemplando, ao menos, uma edificação vinculada ao empreendimento, como por exemplo estações, prédios operacionais e demais estruturas correlatas.
- c) Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Obras e Implantações (CSFOI): deverá ser indicado 1 (um) profissional com formação superior em Engenharia Civil, com registro no CREA, possuindo experiência como coordenador ou como responsável técnico em:
 - c1) supervisão / gerenciamento / fiscalização na implantação de obras civis ferroviárias; ou
 - c2) supervisão / gerenciamento / fiscalização na implantação de obras civis metroviárias.

10.1.3.3 O(s) profissional(is) indicado(s) pela PROPONENTE deverá(ão) participar da execução dos serviços objeto desta licitação, não sendo permitida a acumulação de funções por um mesmo profissional.

10.1.4 A verificação da disponibilidade, o correto dimensionamento e distribuição de carga horária por profissional, será realizada conforme apresentado no edital.

10.2 Os conceitos ou definições relativas à terminologia utilizada na Proposta Técnica deverão estar em harmonia com aquelas empregadas no Edital.

10.3 Não será admitida a apresentação no envelope "B" (PROPOSTA TÉCNICA), de qualquer referência ao conteúdo do envelope "C" (PROPOSTA COMERCIAL).

10.4 A CPTM poderá, a qualquer momento e sempre que necessário, efetuar diligência e solicitar maiores esclarecimentos sobre a documentação apresentada, inclusive a terceiros, visando melhor verificação e julgamento.

10.5 A veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados pela PROPONENTE é de sua inteira responsabilidade, sujeitando-se, a PROPONENTE e o profissional, às sanções previstas nas legislações civil e penal.

11 ABERTURA DA PROPOSTA TÉCNICA

11.1 Somente serão abertas as propostas técnicas das PROPONENTES habilitadas, após decorrido o prazo de recurso do resultado da verificação e julgamento dos documentos para habilitação ou, ainda, após o julgamento de eventuais recursos interpostos, em data a ser estabelecida e divulgada aos interessados por meio de aviso publicado no site www.cptm.sp.gov.br.

11.2 Por ocasião da abertura dos envelopes "B" (PROPOSTA TÉCNICA) as propostas poderão ser rubricadas pelos representantes presentes das empresas participantes, sendo em seguida juntadas ao processo respectivo. As cópias serão franqueadas aos representantes das empresas presentes na própria sessão pública.

11.3 A apreciação, a verificação e julgamento das propostas técnicas serão feitos posteriormente à sessão destinada a sua abertura sendo, para tanto, obedecidas, rigorosamente, as disposições contidas neste edital.

11.4 O resultado da verificação e julgamento das propostas técnicas e a data da sessão pública destinada a abertura dos envelopes "C" (PROPOSTA COMERCIAL) das PROPONENTES, cujas propostas técnicas tenham sido classificadas, serão divulgados por meio de aviso publicado no site www.cptm.sp.gov.br, havendo a possibilidade da interposição de recurso administrativo, nos termos do subitem 19.2.

11.5 Os envelopes contendo as propostas técnicas e as propostas comerciais das PROPONENTES, cujos documentos para habilitação tenham sido inabilitados, ficarão disponíveis aos interessados desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação, pelo prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação do extrato do contrato decorrente da licitação, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site www.cptm.sp.gov.br, após o que serão inutilizadas, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

12 CONTEÚDO DO ENVELOPE "C" (PROPOSTA COMERCIAL)

O Envelope "C" deverá conter a proposta comercial, que deverá ser apresentada em 2 (duas) vias, em volumes distintos, de conteúdos idênticos, devendo cada via conter folhas numeradas sequencialmente, todas rubricadas e afixadas entre si, encadernados, em tamanho A4, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Uma das vias deverá conter originais ou cópias autenticadas (Via Original), a qual se destinará à juntada no processo, sendo que a outra via (Via Cópia), deverá conter cópias simples. Cada via deverá conter na capa a titulação do conteúdo, o nome da PROPONENTE, o número desta LICITAÇÃO e o seu objeto.

Cada uma das vias deverá conter o Termo de Início e o Termo de Encerramento, este ao final do volume. O Termo de Início deverá conter a indicação da quantidade de folhas que o compõem e o seu conteúdo (índice dos documentos).

A via original poderá, também, ser acompanhada de sua versão digitalizada em mídia eletrônica, em arquivo compatível com MS-Excel (CD-ROM ou DVD-ROM ou pen drive).

Caso haja diferença entre algum(ns) dos documentos valerá(ão) o(s) documento(s) original(is) ou autenticado(s).

12.1 A proposta comercial deverá ser formulada, com base no Modelo que constitui o Anexo 4, contendo:

12.1.1 preço total, na base correspondente ao mês estabelecido para a sua entrega, expresso em reais (R\$), em números e por extenso, com no máximo duas casas decimais;

12.1.2 Planilha de Quantidades e Preços Propostos, preenchida conforme modelo apresentado no Anexo 2, contendo valores unitários e totais, na base correspondente ao mês estabelecido para a entrega das propostas, expresso em reais (R\$), com no máximo duas casas decimais;

a) Os preços unitários e total do Anexo 2 - Planilha de Quantidades e Preços Propostos, não poderão ser superiores aos valores estimados (unitário e total) pela CPTM, Anexo 8 - Planilha de Quantidades e Orçamento Estimado, que poderão ser atualizados nos termos do subitem 16.1.4.

12.1.3 prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contado da última data prevista para a sua apresentação.

12.2 O preço ofertado deverá contemplar todos os custos referentes à engenharia, mão-de-obra, veículos de transporte, locação de imóvel, mobiliário, equipamentos (microcomputadores, impressoras, "softwares / sistemas" e outros correlatos em quantidade e características adequadas à demanda de serviços), equipamentos de comunicação (telefones fixos, celulares, servidor para acesso rápido à Internet e outros correlatos), administração local, material de consumo para escritório, máquina de cópias reprográficas, acessórios, seguros cabíveis, pessoal, bem como os custos indiretos (impostos, tributos, encargos, taxas, emolumentos etc.) e outras despesas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto desta Licitação.

- 12.3 A CPTM poderá, a qualquer momento e sempre que necessário, efetuar diligência e solicitar maiores esclarecimentos sobre a documentação apresentada, inclusive a terceiros, visando melhor verificação e julgamento.

13 ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL

- 13.1 Somente serão abertas as propostas comerciais das PROPONENTES cujas propostas técnicas tenham sido classificadas, após decorrido o prazo de recurso, do resultado da verificação e julgamento da proposta técnica ou, ainda, após o julgamento de eventuais recursos interpostos, em data a ser estabelecida e divulgada aos interessados por meio de aviso publicado no site www.cptm.sp.gov.br.
- 13.2 Por ocasião da abertura dos envelopes "C" (PROPOSTA COMERCIAL) as propostas poderão ser rubricadas pelos representantes presentes das empresas participantes, sendo em seguida juntadas ao processo respectivo. As cópias serão franqueadas aos representantes das empresas presentes na própria sessão pública.
- 13.3 A apreciação, a verificação e julgamento das propostas comerciais, caso não possam ser realizados na própria sessão, serão feitos posteriormente à sessão destinada a sua abertura sendo, para tanto, obedecidas, rigorosamente, as disposições contidas neste edital.
- 13.4 A retomada da sessão pública para divulgação do resultado da verificação e julgamento das propostas comerciais, do resultado da verificação e julgamento final - ponderação entre técnica e preço, bem como para realização da negociação poderá ser informada por meio de aviso publicado no site www.cptm.sp.gov.br, ou na própria sessão pública de abertura da Proposta Comercial.
- 13.5 Os envelopes contendo as propostas comerciais das PROPONENTES, cujas propostas técnicas tenham sido desclassificadas, ficarão disponíveis aos interessados desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação, pelo prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação do extrato do contrato decorrente da licitação, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site www.cptm.sp.gov.br após o que serão inutilizados, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

14 JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

- 14.1 O Licitador ou Comissão de Licitação julgará os documentos para habilitação, consubstanciado nas análises realizadas pelas áreas técnicas da CPTM, sendo obedecidas, rigorosamente, as disposições contidas neste edital.
- 14.2 Para efeito desta licitação, as Certidões exigidas para habilitação, serão consideradas válidas pelo período nelas especificado. Inexistindo período de validade, serão consideradas válidas por um período de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de sua expedição.

- 14.3 Serão aceitas como prova de regularidade as certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 14.4 Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, nos termos dos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados nos subitens 8.2.1 a 8.2.3 deste Edital, ainda que os mesmos contenham restrições impeditivas à referida comprovação.
- 14.4.1 Neste caso, a comprovação de regularidade fiscal da microempresa ou da empresa de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 14.4.2 A PROPONENTE deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 14.4.3 Esta comprovação deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativas, no prazo previsto no subitem 20.7 deste Edital.
- 14.5 Serão inabilitadas as PROPONENTES que:
- 14.5.1 Não comprovarem possuir as condições de participação exigidas e necessárias para habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e situação regular perante o Ministério do Trabalho.
- 14.5.2 Apresentarem nos envelopes “A” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO), qualquer referência ao conteúdo dos Envelopes “B” (PROPOSTA TÉCNICA) e “C” (PROPOSTA COMERCIAL).
- 14.6 O resultado da verificação e julgamento dos documentos para habilitação, serão divulgados aos interessados por meio de aviso publicado no site www.cptm.sp.gov.br, havendo a possibilidade da interposição de recurso administrativo, nos termos do subitem 19.2.

15 JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

- 15.1 O Licitador ou Comissão de Licitação julgará a Proposta Técnica, consubstanciado nas análises realizadas pelas áreas técnicas da CPTM, respeitando-se todas as exigências especificadas no item 10 - CONTEÚDO DO ENVELOPE “B” (PROPOSTA TÉCNICA), adotando-se os seguintes critérios:

15.1.1 NOTA DA METODOLOGIA DO TRABALHO - NMT

Será atribuída nota à demonstração da Metodologia do Trabalho - NMT, com pontuação máxima de 100 (cem) pontos, com base no trabalho dissertativo apresentado, conforme subitem 10.1.2, de acordo com os critérios e quadro a seguir:

- 0 PONTO: Nesse conceito serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a PROPONENTE não apresentou as informações e proposições requeridas.
- 0,50 PONTO: Nesse conceito serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a PROPONENTE apresentou as informações e proposições requeridas, mas contendo omissões ou erros técnicos.
- 0,75 PONTO: Nesse conceito serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a PROPONENTE apresentou as informações e proposições requeridas, no que diz respeito às metodologias correlacionadas e às tarefas que está propondo a realizar, comprovando que oferece condições de atuar com o desempenho exigido no Edital.
- 1 PONTO: Nesse conceito serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a PROPONENTE apresentou as informações e proposições acima das requeridas, no que diz respeito às metodologias correlacionadas e às tarefas que está se propondo a realizar, comprovando que oferece condições de atuar com o desempenho superior ao exigido no Edital.

15.1.1.1 QUADRO I PARA OBTENÇÃO DA NOTA DA METODOLOGIA DO TRABALHO - NMT

ITENS DE AVALIAÇÃO		(1) NOTA PARCIAL	(2) PESO	(3) NOTA TOTAL (1) x (2)
ITEM	DISCRIMINAÇÃO			
a	Qualidade Técnica da Proposta (Na):			
a1	Apresentação da estrutura dos produtos constantes nas Condições Gerais de Execução - Anexo 1 e na Especificação Técnica ET BI2820-9, relacionando os itens a serem fornecidos à CPTM para atendimento ao escopo dos produtos, tais como: relatórios técnicos, memoriais descritivos, quadro de áreas memoriais de cálculo, especificações técnicas, pareceres, planilhas, critérios de medições, matrizes e outros documentos necessários à execução dos serviços e em atendimento às legislações e normas vigentes;	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	10	20,00
a2	Apresentação do plano de qualidade para este objeto.	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	10	
b	Compreensão da Metodologia de Trabalho (Nb):			
b1	Apresentação do método de controle e análise de projetos;	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	10	30,00
b2	Apresentação do método de acompanhamento de cronograma físico e financeiro do contrato;	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	10	
b3	Apresentação da metodologia de fiscalização das obras e das atividades de implantação.	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	10	

ITENS DE AVALIAÇÃO		(1) NOTA PARCIAL	(2) PESO	(3) NOTA TOTAL (1) x (2)
ITEM	DISCRIMINAÇÃO			
c	Organização e Processos (Nc):			
c1	Apresentação dos fluxos de comunicação e processos de supervisão de projetos e das obras civis, contemplando as partes interessadas e as interfaces com as outras disciplinas;	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	5	20,00
c2	Apresentação do organograma funcional da equipe técnica;	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	5	
c3	Apresentação da matriz de responsabilidades com as atividades dos serviços de supervisão e indicação das responsabilidades de todos os envolvidos.	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	10	
d	Supervisão Ambiental (Nd):			
d1	Apresentação do Plano de Supervisão Ambiental de acordo com o PR BD9549-3;	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	5	10,00
d2	Apresentação do Plano de Trabalho de Supervisão de Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a NI.01/011 - Cláusula de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras das Dependências da CPTM.	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	5	
e	Tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos (Ne):			
e1	Apresentação das inovações tecnológicas para a supervisão das atividades;	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	10	20,00
e2	Apresentação dos recursos de TI (softwares/sistemas e hardwares) e outros equipamentos que serão empregados na supervisão.	0 – 0,50 - 0,75 – 1,00	10	
NMT (TOTAL DA COLUMNA 3)				100

Observação: A título de exemplo, estão indicadas na coluna 3, as notas máximas que poderão ser obtidas pelas PROPONENTES para cada item.

15.1.1.2 Uma vez atendido o subitem 15.1.1.1 - QUADRO I - PARA OBTENÇÃO DA NOTA DA METODOLOGIA DO TRABALHO - NMT, a NMT será calculada a partir das Notas atribuídas no quadro acima, conforme fórmula a seguir:

$$\text{NMT} = \text{Na1} + \text{Na2} + \text{Nb1} + \text{Nb2} + \text{Nb3} + \text{Nc1} + \text{Nc2} + \text{Nc3} + \text{Nd1} + \text{Nd2} + \text{Ne1} + \text{Ne2}$$

Onde:

NMT = Nota da Metodologia do Trabalho.
Na, Nb, Nc, Nd e Ne= Notas Individuais dos Itens Componentes da Metodologia do Trabalho;

Observação: Para efeito de cálculo da Nota da Metodologia do Trabalho (NMT) serão consideradas duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

15.1.2 NOTA DA EQUIPE TÉCNICA - NET

A avaliação da Equipe Técnica (NET) terá pontuação máxima de 100 (cem) pontos e será feita com base na documentação apresentada, e compõe-se da:

15.1.2.1 Nota do Coordenador Geral - NCG: A pontuação máxima do Coordenador Geral (CG) será limitada a 100 (cem) pontos e atribuída com base na documentação apresentada, descrita no subitem 10.1.3.1 e na alínea "a" do subitem 10.1.3.2, em consonância com o quadro apresentado a seguir:

Quadro II - Pontuação do Coordenador Geral (CG)										
PT	Tempo de Experiência do Coordenador Geral (CG), nos termos da alínea "a" do subitem 10.1.3.2									
	Anos	≥ 4 e < 5 anos	≥ 5 e < 6 anos	≥ 6 e < 7 anos	≥ 7 e < 8 anos	≥ 8 e < 9 anos	≥ 9 e < 10 anos	≥ 10 e < 11 anos	≥ 11 e < 12 anos	≥ 12 anos
	Pontos	4	6	8	10	12	14	16	18	20
PE	Empreendimentos que comprovem a experiência indicada na alínea "a" do subitem 10.1.3.2									
		Experiência em empreendimentos conforme alínea:		Pontuação por empreendimento (a)		Quantidade de empreendimentos em que o profissional participou (b)		Total (a) x (b)		
	Pontos	"a1" ou "a2" do subitem 10.1.3.2		20		Até 4		0 a 80		

$$\text{NCG} = \text{PT} + \text{PE}$$

Onde:

NCG = Nota do Coordenador Geral.

PT = Pontuação do Tempo de Experiência do Coordenador Geral, atribuída conforme Quadro II;

PE = Pontuação da Quantidade de Empreendimentos do Coordenador Geral, atribuída conforme Quadro II.

Observação: Para efeito de cálculo da Nota do Coordenador Geral (NCG), serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

15.1.2.2 Nota do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Projetos - NCSCFP: A pontuação máxima do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Projetos (CSCFP) será limitada a 100 (cem) pontos e atribuída com base na documentação apresentada, descrita no subitem 10.1.3.1 e na alínea "b" do subitem 10.1.3.2, em consonância com o quadro apresentado a seguir:

Quadro III - Pontuação do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Projetos (CSCFP)										
PT	Tempo de Experiência do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Projetos (CSCFP), nos termos da alínea "b" do subitem 10.1.3.2									
	Anos	≥ 2 e < 3 anos	≥ 3 e < 4 anos	≥ 4 e < 5 anos	≥ 5 e < 6 anos	≥ 6 e < 7 anos	≥ 7 e < 8 anos	≥ 8 e < 9 anos	≥ 9 e < 10 anos	≥ 10 anos
	Pontos	4	6	8	10	12	14	16	18	20
PE	Empreendimentos que comprovem a experiência indicada na alínea "b" do subitem 10.1.3.2									
		Experiência em empreendimentos conforme alínea:		Pontuação por empreendimento (a)		Quantidade de empreendimentos em que o profissional participou (b)		Total (a) x (b)		
	Pontos	"b1" ou "b2" do subitem 10.1.3.2		20		Até 4		0 a 80		

$$\text{NCSCFP} = \text{PT} + \text{PE}$$

Onde:

NCSCFP = Nota do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Projetos.

PT = Pontuação do Tempo de Experiência do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Projetos, atribuída conforme Quadro III;

PE = Pontuação da Quantidade de Empreendimentos do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Projetos, atribuída conforme Quadro III.

Observação: Para efeito de cálculo da Nota do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Projetos (NCSCFP), serão levadas em consideração duas casas

decimais, desprezando-se a fração remanescente.

- 15.1.2.3 Nota do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Obras e Implantações - NCSFOI: A pontuação máxima do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Obras e Implantações (CSFOI) será limitada a 100 (cem) pontos e atribuída com base na documentação apresentada, descrita no subitem 10.1.3.1 e na alínea "c" do subitem 10.1.3.2, em consonância com o quadro apresentado a seguir:

Quadro IV - Pontuação do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Obras e Implantações (CSFOI)										
PT	Tempo de Experiência do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Obras e Implantações (CSFOI), nos termos da alínea "c" do subitem 10.1.3.2									
	Anos	≥ 2 e < 3 anos	≥ 3 e < 4 anos	≥ 4 e < 5 anos	≥ 5 e < 6 anos	≥ 6 e < 7 anos	≥ 7 e < 8 anos	≥ 8 e < 9 anos	≥ 9 e < 10 anos	≥ 10 anos
	Pontos	4	6	8	10	12	14	16	18	20
PE	Empreendimentos que comprovem a experiência indicada na alínea "c" do subitem 10.1.3.2									
		Experiência em empreendimentos conforme alínea:	Pontuação por empreendimento (a)		Quantidade de empreendimentos em que o profissional participou (b)		Total (a) x (b)			
	Pontos	"c1" ou "c2" do subitem 10.1.3.2	20		Até 4		0 a 80			

$$\text{NCSFOI} = \text{PT} + \text{PE}$$

Onde:

NCSFOI = Nota do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Obras e Implantações.
PT = Pontuação do Tempo de Experiência do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Obras e Implantações, atribuída conforme Quadro IV;
PE = Pontuação da Quantidade de Empreendimentos do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Obras e Implantações, atribuída conforme Quadro IV.

Observação: Para efeito de cálculo da Nota do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Obras e Implantações (NCSFOI), serão levadas em consideração

duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

a) OBSERVAÇÕES VÁLIDAS PARA OS QUADROS II, III e IV:

- a1) No caso de apresentação de mais de um profissional para a atividade: CG, CSCFP ou CSFOI, serão avaliados no máximo 2 (dois) profissionais, obedecendo a ordem de apresentação constante no Anexo 13, onde será adotada a maior pontuação obtida entre os dois profissionais analisados para essa atividade, sendo que não serão avaliados, para fins de pontuação, os profissionais excedentes.
- a2) O tempo total de experiência, avaliado para fins da pontuação (PT), será obtido por meio do somatório dos períodos comprovados em todos os empreendimentos apresentados no respectivo currículo que satisfaçam as exigências do subitem 10.1.3.2, mesmo que não sejam considerados para fins da pontuação da quantidade de empreendimentos (PE).
- a3) No caso de serviços executados em períodos simultâneos, para fins da contagem dos anos do Tempo de Experiência - PT, será considerado apenas um período.
- a4) Para fins da pontuação quantidade de empreendimentos - PE, serão considerados no máximo 4 (quatro) empreendimentos por profissional. Caso sejam apresentados mais de 4 (quatro) empreendimentos, serão considerados os que resultarem a maior pontuação para o profissional.
- a5) Não será permitida a acumulação de funções por um mesmo profissional.

15.1.2.4 A avaliação da Equipe Técnica (NET) terá pontuação máxima de 100 (cem) pontos e será obtida com a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{NET} = \frac{2 \times (\text{NCG}) + \text{NCSCFP} + \text{NCSFOI}}{4}$$

Onde:

NET = Nota da Equipe Técnica;
NCG = Nota do Coordenador Geral;
NCSCFP = Nota do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Projetos;
NCSFOI = Nota do Coordenador Setorial/Controle e Fiscalização de Obras e Implantações;

Observação: Para efeito de cálculo da Nota da Equipe Técnica (NET) da PROPONENTE serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

15.1.2.6 Os demais profissionais que compõe a equipe técnica e não são pontuáveis deverão ser apresentados antes da emissão da ordem de serviços para aprovação da CPTM, obedecendo as qualificações constantes da ET BI2820-9 e possuindo registro no órgão de classe competente.

15.1.3 NOTA TÉCNICA - NT

15.1.3.1 A nota da Proposta Técnica - NT, será obtida com a aplicação da seguinte fórmula:

$$NT = \frac{(3 \times NMT) + (7 \times NET)}{10}$$

Onde:

NT = Nota da Proposta Técnica;
NMT = Nota da Metodologia do Trabalho;
NET = Nota da Equipe Técnica.

Observação: Para efeito de cálculo da Nota Técnica (NT) da PROPONENTE serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

15.1.4 Serão desclassificadas as propostas técnicas que:

- a) contenham vícios insanáveis;
- b) não contemplarem ou desatenderem a qualquer das exigências do edital, na documentação contida no envelope da Proposta Técnica;

- c) contiverem alusão ao conteúdo do Envelope da Proposta Comercial;
- d) deixarem de apresentar qualquer documento ou informação exigida no Edital;
- e) não atenderem o subitem 10.1.3.2 do Edital, deixando de apresentar qualquer dos profissionais que compõem a Equipe Técnica Chave e os documentos requeridos;
- f) apresentarem o mesmo profissional para mais de uma função;
- g) apresentarem a mesma equipe técnica, ainda que parcial, para mais de uma PROPONENTE.

15.2 As Propostas Técnicas serão classificadas em ordem decrescente da pontuação da Nota Técnica (NT).

16 JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

16.1 Para efeito de análise pela CPTM e julgamento da Proposta Comercial pelo Licitador ou Comissão de Licitação, será procedida a sua análise, respeitando-se todas as exigências especificadas no item 12 - CONTEÚDO DO ENVELOPE "C" (PROPOSTA COMERCIAL), adotando-se os seguintes critérios:

16.1.1 As Propostas Comerciais que atenderem aos requisitos do edital serão verificadas quanto a erros que serão corrigidos da seguinte forma:

16.1.1.1 Em caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o primeiro;

16.1.1.2 Para os preços unitários apresentados pela PROPONENTE, na Planilha de Quantidades e Preços Propostos - Anexo 2, serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

16.1.1.3 Erros aritméticos, eventualmente cometidos pela PROPONENTE, serão corrigidos pela CPTM, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se o resultado da operação aritmética que esteja incorreta.

16.1.2 O valor total da Proposta Comercial será ajustado pela CPTM em conformidade com os procedimentos descritos no subitem anterior para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor proposto.

16.1.3 Quando da verificação e julgamento, com base no parágrafo 4º do artigo 79 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023, serão consideradas inexequíveis as propostas

comerciais que consignarem valores inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CPTM; ou
- b) valor orçado pela CPTM.

16.1.3.1 Caso alguma Proposta Comercial seja considerada inexequível, diante dos critérios estabelecidos no subitem 16.1.3, o Licitador ou Comissão de Licitação solicitará à PROPONENTE a apresentação de relatório técnico e a composição dos preços unitários, para análise da CPTM, de modo a comprovar a exequibilidade das mesmas. A falta da apresentação dos documentos ensejará a desclassificação das propostas comerciais, nos termos da alínea “g” do subitem 16.1.7.

16.1.3.2 Caso as Propostas Comerciais não sejam consideradas aceitáveis, as mesmas serão desclassificadas, nos termos da alínea “f” do subitem 16.1.7.

16.1.4 Para efeito de verificação e julgamento, os valores estimados pela CPTM poderão ser atualizados até a data de apresentação das propostas, através da aplicação do mesmo índice constante da cláusula de reajustamento de preços do Contrato, cuja minuta constitui a Terceira Parte, deste edital.

16.1.4.1 Na hipótese de, até a data da verificação e julgamento das propostas comerciais, não ter sido divulgado o índice constante da cláusula de reajustamento de preços do Contrato, a atualização será calculada através da aplicação do último índice disponibilizado.

16.1.4.2 Para efeito de cálculo da atualização do orçamento serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

16.1.5 A CPTM, se julgar necessário, poderá solicitar a composição de leis sociais e a taxa de BDI que estão contempladas no custo hora de cada uma das categorias profissionais que compõem a equipe técnica.

16.1.6 **NOTA DA PROPOSTA COMERCIAL - NP**

A Nota da Proposta Comercial (NP) da PROPONENTE será obtida com a aplicação da seguinte fórmula:

$$NP = \frac{(100 * P_{\text{máx}} - 90 * P_{\text{mín}} - 10 * VP)}{(P_{\text{máx}} - P_{\text{mín}})}$$

Onde:

NP = Nota de preço de cada PROPONENTE;
P_{máx} = Proposta comercial de maior valor ofertado, desde que não ultrapasse o valor do orçamento estimado;
P_{mín} = Proposta comercial de menor valor ofertado;
VP = Proposta comercial em análise.

Observações: 1) Para efeito de cálculo da Nota da proposta comercial da PROPONENTE (NP), serão levadas em consideração somente as propostas comerciais classificadas. Na hipótese da existência de apenas uma proposta comercial classificada, será atribuído ao P_{máx} o valor do orçamento estimado;

2) Para efeito de cálculo da Nota da Proposta Comercial (NP) da PROPONENTE, serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

16.1.7 Serão desclassificadas as Propostas Comerciais que:

- a) Contenham vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às exigências do edital ou da legislação aplicável ou impuserem condições;
- c) Forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impossibilitar a verificação e julgamento;
- d) Apresentarem preços unitários ou total do Anexo 2 - Planilha de Quantidades e Preços Propostos, superiores aos valores de referência estabelecidos no Orçamento Estimado da CPTM, que poderão ser atualizados nos termos do subitem 16.1.4 deste edital.
- e) Não apresentarem preços para todos os itens descritos na planilha de quantidades e preços propostos referida neste edital;
- f) Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- g) Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CPTM;
- h) Contiverem cargas horárias dos profissionais propostos divergentes ou incompatíveis com os indicados na Planilha de Quantidades e Orçamento Estimado - Anexo 8.

16.1.8 Será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, se houver empate, nos seguintes termos:

16.1.8.1 Entende-se por empate aquelas situações em que o valor das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao valor da proposta de menor valor apresentada na licitação.

16.1.8.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha formulado a proposta de menor valor poderá, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de valor inferior àquele consignado na proposta de menor valor apresentado na licitação, situação em que sua proposta obterá a primeira classificação.

16.1.8.3 Na ocorrência de preclusão do direito previsto no subitem anterior, serão consultadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 16.1.8.1, na ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência.

16.1.8.4 Na hipótese da existência de propostas de mesmo valor formuladas por microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 16.1.8.1 será realizado sorteio em sessão pública específica para esse fim, para que, entre elas, se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência.

16.1.8.5 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a proposta de menor valor apresentado na licitação não tiver sido formulada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

16.2 As Propostas Comerciais serão classificadas em ordem decrescente da pontuação da Nota da Proposta Comercial (NP).

17 JULGAMENTO FINAL - PONDERAÇÃO ENTRE TÉCNICA E PREÇO

17.1 **NOTA FINAL - MÉDIA PONDERADA ENTRE TÉCNICA E PREÇO - NF**
A nota final (NF) será dada através da média ponderada das notas relativas à técnica (NT) e comercial (NP), de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = \frac{(70 \times NT) + (30 \times NP)}{100}$$

Onde:

NF = Nota Final da proposta técnica e preço;

NT = Nota Técnica da proposta técnica; e

NP = Nota de Preços da proposta comercial.

Observação: Para efeito de cálculo da Nota Final (NF), da PROPONENTE serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

17.2 CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS

17.2.1 As PROPONENTES serão classificadas em ordem decrescente da pontuação da Nota Final (NF).

17.2.2 Na hipótese da ocorrência de empate entre duas ou mais PROPONENTES, o desempate será feito por meio de sorteio, em ato público, para o qual serão convocados todos os participantes.

17.3 DIVULGAÇÃO DA GRADE CLASSIFICATÓRIA E REALIZAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO

17.3.1 No dia e horário estabelecido nos termos do subitem 13.4, será retomada a sessão pública para divulgação do resultado da verificação e julgamento das propostas comerciais, do resultado da verificação e julgamento final - ponderação entre técnica e preço, bem como para o início da negociação.

17.3.2 O Licitador ou Comissão de Licitação realizará a negociação com o representante da PROPONENTE que obteve a maior Nota Final, nos termos do subitem 17.2, com vistas à obtenção de condições mais vantajosas para a CPTM, na consecução do objeto desta licitação.

17.3.2.1 Caso o resultado da negociação seja considerado aceitável pelo Licitador ou Comissão de Licitação, a PROPONENTE será declarada vencedora do certame.

17.3.2.2 Caso o resultado da negociação não seja considerado aceitável, o Licitador ou Comissão de Licitação negociará com o representante da PROPONENTE que obteve a maior Nota Final subsequente, com vistas à nova negociação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável.

18 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO

18.1 Constatado o cumprimento das condições e requisitos estabelecidos no Edital, a PROPONENTE que obteve a maior Nota Final e o preço aceito após a negociação será declarada vencedora do certame, mediante publicação de aviso contendo o Resultado Final da Licitação, no site www.cptm.sp.gov.br, havendo a possibilidade da interposição de recurso administrativo, nos termos do subitem 19.2.

19 RECURSO ADMINISTRATIVO

- 19.1 Eventuais recursos administrativos deverão ser interpostos mediante petição fundamentada, dirigida à autoridade que praticou o ato recorrido, observando-se, para esse efeito, o rito e as disposições estabelecidas no Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.
- 19.2 Os licitantes poderão apresentar recursos administrativos, após a verificação e julgamento dos documentos para habilitação, após a verificação e julgamento das propostas técnicas e após a publicação do resultado final da licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da divulgação oficial do ato praticado por meio de aviso no site www.cptm.sp.gov.br, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.
- 19.3 Os recursos deverão ser protocolados na Gerência de Contratações e Compras, na Rua Boa Vista nº 162, Edifício Cidade IV, 1º andar, Centro, São Paulo, SP.

20 CONTRATAÇÃO

- 20.1 Após a adjudicação e homologação do objeto da presente licitação, a contratação será formalizada por meio da assinatura digital de Termo de Contrato, com base na minuta que constitui a Terceira Parte deste edital.
- 20.1.1 A CPTM enviará e-mail para que a adjudicatária realize a assinatura digital do contrato no ambiente da plataforma eletrônica vigente (Sistema Eletrônico de Informações - SEI, ou outra).
- 20.2 A adjudicatária fica obrigada a, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado final da licitação, dirigir correspondência a CPTM indicando nome e a qualificação da pessoa com poderes a firmar o termo de contrato com a CPTM.
- 20.3 Convocada, terá a adjudicatária o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da comunicação da CPTM para assinar o contrato, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas no subitem 21.1.
- 20.3.1 Por ocasião da assinatura do termo de contrato, deverá a PROPONENTE vencedora apresentar a documentação abaixo relacionada:
- 20.3.1.1 a garantia de adimplemento contratual.
- 20.3.1.2 Planilha do Sistema da Ferramenta de Análise de Risco de Obras (FARO), preenchida de acordo com o modelo disponibilizado em mídia eletrônica, conforme item 8 do Anexo 1 - Condições Gerais de Execução, em atendimento à exigência formulada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A planilha do Sistema FARO deverá estar compatível com a Planilha de Quantidades e Preços Propostos - Anexo 2.

- 20.3.1.3 no caso do objeto contratual ser adjudicado a um consórcio, este deverá apresentar o Instrumento de Constituição de Consórcio, elaborado nos termos do Compromisso de Constituição de Consórcio referido no subitem 4.1.1, devidamente registrado na Junta Comercial de sua sede, bem como sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- 20.3.2 Se o valor total da proposta da PROPONENTE que obteve a maior Nota Final e o preço aceito após a negociação, for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor dos valores mencionados nas alíneas “a” e “b” do subitem 16.1.3, será exigida para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional de valor igual à diferença resultante do subitem 16.1.3 e o valor da correspondente proposta.
- 20.3.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, ou outras vezes mediante justificativa.
- 20.4 Se, por ocasião da formalização do Contrato, a Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF estiverem com os prazos de validade vencidos, a CPTM verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, inclusive a existência de registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 20.5 Se não for possível efetuar a verificação, de que trata o subitem 20.4, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 20.4, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, assim como a comprovação de inexistência de registro no Cadin Estadual, emitida por meio do site: http://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/, sob pena de a contratação não se realizar.
- 20.6 A adjudicatária fica desde já comunicada da exigência da assinatura, juntamente com o Termo de Contrato, do Termo de Ciência e de Notificação - Anexo 15, de acordo com exigência formulada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como da Declaração de Ciência e Responsabilidade - Anexo 14.
- 20.7 Caso a vencedora da licitação seja microempresa ou empresa de pequeno porte, em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado final da licitação, nos termos do subitem 18.1 deste Edital, prorrogável por igual período, a critério da CPTM, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- 20.7.1 Caso a PROPONENTE não comprove as exigências de regularidade fiscal nos termos do item 20.7, o Licitador ou Comissão de Licitação retomará a sessão pública e negociará com o representante da PROPONENTE que obteve a maior Nota Final (NF) subsequente, nos termos do subitem 17.2.

21 PENALIDADES

- 21.1 A PROPONENTE que: ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame; não apresentar documento(s) exigido(s) para a celebração do instrumento contratual; não celebrar a contratação, quando convocado pela CPTM, dentro do prazo de validade de sua proposta; praticar quaisquer atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; apresentar documentação falsa; não manter a proposta; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, participar ou tentar participar de licitação, quando enquadrável nas hipóteses de impedimento de participação em licitação; praticar conluio, combinação ou cartel na participação de licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; dar causa à inexecução total do contrato; dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CPTM, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, garantido o direito prévio ao contraditório e a ampla defesa, estará sujeita à suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com a previsão contida no artigo 247 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023, disponível no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br, dosada e aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta, com o consequente registro no sítio eletrônico www.sancoes.sp.gov.br, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.
- 21.2 Será aplicada multa de 1% (um por cento) do valor referencial da CPTM, respeitado o contraditório e a ampla defesa, quando a PROPONENTE não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- 21.3 Caso ocorram as situações especificadas a seguir, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação pretendida, respeitado o contraditório e a ampla defesa:
- a) Regularmente convocada e estando sua proposta dentro do prazo de validade, se recusar a assinar o instrumento contratual, sem a apresentação de justificativa;
 - b) Deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, qualquer documento ou anexos exigidos, via mídia eletrônica, de forma provisória, ou em original ou cópia autenticada, de forma definitiva.

- 21.4 Aplicadas as multas referidas nos subitens anteriores, a PROPONENTE deverá pagá-las em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da CPTM, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se às medidas cabíveis, inclusive sua inscrição no CADIN ESTADUAL.
- 21.5 Para a aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM serão observadas as disposições do artigo 257 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023, especificamente os incisos IV, V, VI, VII e VIII, a seguir transcritos:
- a) Deixar de entregar a documentação exigida a assinatura do contrato: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 90 (noventa) dias;
 - b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 100 (cem) dias;
 - c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 120 (cento e vinte) dias;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 100 (cem) dias;
 - e) Praticar as condutas previstas nos incisos IV, V, VII, VIII, IX, X e XI do caput do art. 246 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a seguir transcritas:
 - e1) praticar quaisquer atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e2) apresentar documentação falsa;
 - e3) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - e4) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- e5) participar ou tentar participar de licitação, quando enquadrável nas hipóteses de impedimento de participação em licitação;
- e6) praticar conluio, combinação ou cartel na participação de licitação;
- e7) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.6 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM é cumulável com as sanções de multa para sancionar um mesmo fato.

22 GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

22.1 O valor da garantia para assegurar a plena execução do contrato corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e deverá obedecer aos termos da Cláusula Garantia de Adimplemento do Contrato, constante da Minuta do Termo de Contrato.

23 DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as PROPONENTES e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

23.2 Ao apresentar os envelopes “A”, “B” e “C” fica subentendido que a PROPONENTE aceita, irrestritamente, todas as condições estabelecidas no presente edital e em seus anexos.

23.3 A CPTM poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.

23.4 No interesse da CPTM, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.4.1 adiado o início das sessões públicas da licitação, ou

23.4.2 alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

23.5 A CPTM dirimirá as dúvidas que venham a ser suscitadas no presente edital desde que manifestadas por escrito, até 2 (dois) dias úteis antes da última data estabelecida para a realização da sessão pública de processamento da licitação, acompanhadas de mídia eletrônica (CD-ROM ou DVD-ROM ou Pen Drive) contendo o arquivo com as questões formuladas em processador de texto MS-Word, encaminhadas à Gerência de Contratações e Compras, na Rua Boa Vista nº 162, Edifício Cidade IV, 1º andar, Centro, São Paulo - SP, ou encaminhadas por meio eletrônico, através do e-mail: DFCC@cptm.sp.gov.br.

- 23.5.1 As respostas às dúvidas suscitadas pelos interessados serão transmitidas por e-mail a todas as empresas que retiraram o edital, bem como divulgadas no site www.cptm.sp.gov.br.
- 23.6 A CPTM não se responsabilizará por endereços eletrônicos apontados incorretamente e, conseqüentemente, pelo não recebimento, via e-mail dos esclarecimentos das dúvidas suscitadas.
- 23.7 Decairá do direito de impugnar os termos do edital perante a CPTM o cidadão que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder a data do início da sessão pública de processamento da licitação, consoante ao Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.
- 23.8 A sessão pública será gravada em áudio e vídeo, conforme determina o § 1º do artigo 11 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023 e lavrar-se-á ata que deverá conter anotações de todas as fases do processamento da licitação julgadas importantes pelo Licitador ou Comissão de Licitação.
- 23.8.1 A gravação da sessão pública indicada no subitem 23.8, será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.
- 23.9 O Resultado Final da Licitação será divulgado no endereço eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 23.10 Os envelopes "A", "B" e "C" entregues após a declaração do Licitador ou Comissão de Licitação de início da abertura dos envelopes "A", ficarão disponíveis aos interessados, pelo prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação do extrato do contrato decorrente da licitação, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site www.cptm.sp.gov.br, após o que serão inutilizados, independentemente de qualquer aviso ou notificação.
- 23.11 A PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 23.12 A PROPONENTE se obriga a comunicar à CPTM, a qualquer tempo, antes ou durante a execução do contrato, qualquer fato ou circunstância superveniente que sejam impeditivos das condições de habilitação ou classificação, imediatamente após a ocorrência.
- 23.13 O Licitador ou Comissão de Licitação ou Autoridade Competente solicitará informações complementares que julgar necessárias.
- 23.14 A qualquer tempo, a CPTM poderá, de acordo com a fase da licitação, inabilitar a PROPONENTE ou desclassificar a sua proposta, sem que a esta caiba direito a indenização ou reembolso de despesas a qualquer título, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade

comercial ou comprometa sua capacidade financeira, técnica ou de regularidade fiscal.

- 23.15 Toda a documentação fornecida pela CPTM às PROPONENTES, somente poderá ser utilizada para elaboração de propostas, sendo vedada sua reprodução, divulgação e/ou utilização, total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos nesta licitação, sob pena de responsabilidade pelo uso indevido desses documentos.
- 23.16 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Diretor Administrativo e Financeiro

Diretor de Engenharia, Obras e Meio Ambiente

TERCEIRA PARTE

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

CÓDIGO ÚNICO: 20260312562

CONTRATO LC00526-01

LICITAÇÃO LC00526 - SEI 386.00015308/2025-20

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA
PARA A SUPERVISÃO DE PROJETOS E DE OBRAS
DA LINHA 10 - TURQUESA DA CPTM,
COMPREENDENDO AS OBRAS DE ACESSIBILIDADE,
NR24 E AVCB DAS ESTAÇÕES SANTO ANDRÉ E
MAUÁ, QUE, ENTRE SI, FAZEM A COMPANHIA
PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM E A
EMPRESA**

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, CNPJ nº 71.832.679/0001-23, com sede em São Paulo, na Rua Boa Vista nº 162, 6º andar, Centro, doravante denominada simplesmente CPTM, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a empresa, CNPJ nº, com sede em, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023, dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 (Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), da legislação pertinente, das normas internas específicas da CPTM, do Código de Conduta e Integridade da CPTM, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, e pela Política de Segurança da Informação da CPTM, no âmbito da execução do objeto deste Contrato, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, para os fins do Processo SEI 386.00015308/2025-20, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1 OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para a supervisão de projetos e de obras da Linha 10 - Turquesa da CPTM, compreendendo as obras de acessibilidade, NR24 e AVCB das Estações Santo André e Mauá.
- 1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à CPTM.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital da LICITAÇÃO LC00526, bem como os seguintes:
- 2.1.1 Condições Gerais de Execução (Anexo 1);
 - 2.1.2 Proposta Técnica (Anexo 2);
 - 2.1.3 Planilha de Quantidades e Preços Propostos (Anexo 3);
 - 2.1.4 Proposta Comercial (Anexo 4);
 - 2.1.5 Declaração de Ciência e Responsabilidade (Anexo 5); e
 - 2.1.6 Termo de Ciência e de Notificação (Anexo 6).
- 2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.
- 2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.
- 2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da CONTRATADA prevalecerão os documentos da CPTM.

3 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1 Os serviços deverão ser executados, estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e seus anexos e no edital da LICITAÇÃO LC00526 partes integrantes deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA

- 4.1 O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura.
- 4.2 O prazo para execução dos serviços é de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida, pela CPTM, em até 15 (quinze) dias corridos da assinatura do contrato.
- 4.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela CPTM, quando fundamentada nos motivos de força maior, nos termos do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou por motivos imputáveis à CPTM, os quais deverão ser comprovados sob pena de a CONTRATADA incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.
- 4.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pela CPTM.
- 4.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

- 4.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na CPTM.

5 VALOR DO CONTRATO

- 5.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R\$ _____ (_____), em _____/20____, data base dos preços (mês / ano do recebimento das propostas), conforme discriminado na Planilha de Quantidades e Preços Propostos - Anexo 3, deste contrato.

- 5.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla todos custos referentes à engenharia, mão de obra, veículos de transporte, locação de imóvel, mobiliário, equipamentos (microcomputadores, impressoras, “softwares”, aplicações/sistemas e outros correlatos em quantidade e características adequadas à demanda de serviços), equipamentos de comunicação (telefones fixos, celulares, servidor para acesso rápido à internet e outros correlatos), administração local, material de consumo para escritório, máquina de cópias reprográficas, acessórios, seguros cabíveis, pessoal, bem como custos indiretos (impostos, tributos, encargos, taxas, emolumentos etc.) e outras despesas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste contrato.

6 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no Programa de Trabalho: 26783370727240000 - Natureza de Despesa: 449051 - Origem de Recursos: 150081001 - RAV nº 6645/2025.

7 REGIME DE EXECUÇÃO

- 7.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário.

8 MEDIÇÃO

- 8.1 Os serviços objeto deste contrato serão apontados por medições mensais e entrega dos correspondentes relatórios, após a realização dos mesmos, conforme Cronograma Físico-Financeiro e Condições Gerais de Execução, partes integrantes do presente instrumento.
- 8.2 A medição será realizada diretamente pela CONTRATADA, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados, o valor correspondente as atividades executadas no período abrangido pela mesma.
- 8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.

- 8.4 A medição deverá ser apresentada à CPTM até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.
- 8.5 A CPTM terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.
- 8.6 A medição não aprovada pela CPTM será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.
- 8.7 A devolução da medição não aprovada pela CPTM em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.
- 8.8 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a CPTM pagará à CONTRATADA o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore” desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

9 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 A CPTM procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.
- 9.1.1 Após a aprovação da medição e do recebimento da respectiva Carta de Aprovação de Faturamento - CA, a CONTRATADA deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal - DFSF da CPTM, via endereço eletrônico DFSF-NRDF@cptm.sp.gov.br, o (s) documento(s) fiscal (is) pertinentes à operação, dos quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.
- 9.1.2 Na nota fiscal e no documento fiscal deverão ainda ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço, o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a CPTM as disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, e normas complementares.
- 9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela CPTM será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.
- 9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela CPTM em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

- 9.1.5 A CPTM efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da entrega da nota fiscal no DFSF, desde que aprovados a medição, a nota fiscal e o documento fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.
- 9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato, fica condicionada à inexistência de registro da CONTRATADA no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.
- 9.1.5.2 No caso de consórcio, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) ao mesmo, não sendo admitido o pagamento individualizado aos seus integrantes.
- 9.1.5.3 A exigência estabelecida no subitem 9.1.5.2 não se aplica à emissão de notas fiscais / faturas, que poderão ser emitidas por cada empresa que constitui o consórcio, na proporção de sua efetiva participação.
- 9.1.6 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à CPTM, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:
- VJM = $VA \times (1,06)^{(n/365)}$, onde:
- VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios
VA = Valor em atraso
n = Número de dias corridos em atraso
- 9.1.7 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393, do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.
- 9.1.8 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento de cobrança e faturados no mesmo documento fiscal, porém em separado do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo.
- 9.1.9 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto Estadual nº 62.867, de 03/10/2017, alterado pelo Decreto Estadual nº 66.000, de 09/09/2021, estando vedada a cobrança bancária.
- 9.1.10 A CONTRATADA deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias corridos contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao gestor do contrato.

- 9.1.11 A CPTM poderá, sem prejuízo do disposto no subitem 12.1 deste instrumento, bem como das penalidades cabíveis, descontar dos pagamentos das faturas, importâncias que, a qualquer título, forem devidas pela CONTRATADA em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a CPTM e a CONTRATADA.
- 9.1.12 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela CONTRATADA contra a CPTM não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A CPTM não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".
- 9.1.13 A CONTRATADA dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a CPTM, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

10 REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 10.1 Para o reajustamento dos preços contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P0 . \left(\frac{A1}{A0} - 1 \right)$$

Onde:

Variável	Descrição
R	Parcela de Reajuste
P0	Preço na data base de referência do contrato
A0, A1	Variação referente ao mês Base (A0) e o mês de aplicação do Reajuste (A1) do IPC FIPE - Categoria GERAL

- 10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços - ____/____.
- 10.3 Na hipótese da publicação do índice ocorrer após a aprovação da medição pelo gestor, eventual diferença apurada entre o valor aprovado e o valor efetivamente devido, será objeto de ajuste nos seguintes termos:
- I - Caso o reajuste seja positivo, a CONTRATADA, após autorização do gestor, deverá emitir nota fiscal ou documento de cobrança complementar referente à diferença apurada entre o valor aprovado anteriormente e o efetivamente devido, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias corridos da entrega desses documentos à CPTM ou na data de vencimento original da medição, o que ocorrer depois.
- II - Se o reajuste for negativo, a CPTM emitirá Nota de Débito a ser compensada na data de vencimento original da medição ou a ser paga à CPTM no mesmo

prazo definido no inciso anterior, aplicando-se, em caso de atraso, os encargos previstos neste contrato.

- 10.4 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 10.5 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à CONTRATADA, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

11 TRIBUTOS

- 11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução, encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à CONTRATADA apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à CPTM apurar e recolher o ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a CONTRATADA desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.
- 11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a CPTM, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 11.3 A CPTM se reserva o direito de solicitar à CONTRATADA, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.
- 11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a CONTRATADA em atraso em relação ao Cronograma Físico-Financeiro, parte integrante deste instrumento, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a CPTM responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a CONTRATADA suportar o ônus dessa diferença.
- 11.6 A CPTM, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.
- 11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento

dos tributos incidentes na fonte, a CONTRATADA assume, desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.

- 11.8 A CONTRATADA deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a CONTRATADA deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.
- 11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a CONTRATADA desde logo reconhece e autoriza à CPTM a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.
- 11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, a emissão dos devidos documento fiscais obedecerá às normas legais aplicáveis. Na hipótese de serviços prestados em várias municipalidades e a legislação determinar o recolhimento do ISS para cada uma delas, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço e para o qual deverá ser recolhido o imposto.
- 11.11 A CONTRATADA, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.
- 11.12 É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a CPTM, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a CPTM do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

12 GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

- 12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA apresentou garantia de adimplemento das condições estabelecidas neste instrumento, no valor de R\$ _____ (_____), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, (*) *bem como garantia adicional no valor de R\$ _____, totalizando o valor de R\$ _____*, recolhida junto ao Departamento de Finanças da CPTM, a qual deverá ser atualizada sempre que houver reajustamento ou atualização dos preços do contrato. A referida garantia deverá permanecer válida e eficaz até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, podendo ser renovada ou prorrogada, quando necessário, até a efetiva quitação das obrigações contratuais assumidas.

() Garantia adicional a ser determinada por ocasião do julgamento das propostas, nos termos do § 6º, do art. 79, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.*

- 12.1.1 A garantia estabelecida nesta cláusula pode ser prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à CONTRATADA optar por uma dessas modalidades, devendo os termos do seguro-garantia e/ou fiança bancária serem submetidos à prévia aprovação da CPTM.
- 12.1.2 A garantia, se prestada por seguro-garantia e fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de preços.
- 12.1.3 A garantia prestada em dinheiro terá que ser depositada pela CONTRATADA diretamente na conta bancária a ser indicada pelo Departamento de Finanças da CPTM, devendo ser enviado cópia digital do comprovante de depósito ao endereço eletrônico DFFAGARANTIA@cptm.sp.gov.br.
- 12.1.4 Independentemente da modalidade de garantia apresentada, esta deverá ser complementada, também, quando da eventual incidência de reajuste dos preços deste contrato, com base no mesmo índice de reajuste adotado, devendo o complemento ser apresentado até o 30º (trigésimo) dia do mês em que ocorrer a aplicação do reajuste.
 - 12.1.4.1 Havendo deduções do valor da garantia, pelo descumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem 12.1 supra, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da comunicação escrita da CPTM.
- 12.1.5 No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a CONTRATADA deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.
- 12.1.6 Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 12.1.7 A CPTM poderá fazer uso da garantia de execução contratual, para pagamento de indenizações, bem como das multas previstas neste

instrumento e, não sendo esta suficiente, responderá a CONTRATADA pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, bem como, no que couber, as disposições contidas no Capítulo III - Das Garantias, do Título X - Dos Contratos, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.

13 OBRIGAÇÕES DA CPTM

13.1 A CPTM se responsabiliza por:

- 13.1.1 Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.
- 13.1.2 Notificar por escrito a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços.
- 13.1.3 Notificar por escrito a CONTRATADA, da aplicação de eventual penalidade.
- 13.1.4 Proporcionar acesso adequado às instalações e a movimentação do pessoal e equipamentos da CONTRATADA nas dependências e instalações da CPTM.
- 13.1.5 Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.
- 13.1.6 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 A CONTRATADA se obriga a:

14.1.1 preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:

- 14.1.1.1 prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a CONTRATADA, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados;

- 14.1.1.2 carta de indicação do responsável técnico pelos serviços, acompanhada da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com registro no CREA-SP, conforme determina a Resolução CONFEA nº 1137/2023, de 31 de março de 2023;
- 14.1.1.3 visto pelo CREA São Paulo, no registro profissional do responsável técnico, na hipótese do mesmo ser de outra região, de acordo com o artigo 58 da Lei nº 5.194/66;
- 14.1.1.4 PPRA - Plano de Prevenção de Riscos Ambientais, em caráter preliminar, o qual deverá ser reapresentado em sua forma definitiva para aprovação no prazo máximo de 30 dias contados do início efetivo das intervenções contratadas;
- 14.1.1.5 Plano de manejo de resíduos e insumos da construção civil, na forma da legislação vigente;
- 14.1.1.6 Por meio eletrônico, as planilhas contendo a indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das bonificações e despesas indiretas (BDI) e dos encargos sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do contrato.
- 14.1.2 dar início à execução dos serviços a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela CPTM.
- 14.1.3 não alterar nenhuma especificação ou projeto sem prévia consulta e aprovação da CPTM.
- 14.1.4 considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.
- 14.1.5 promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do Contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.
- 14.1.6 conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.1.7 arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, bem como a sua atividade de projetista, devendo efetuar

os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

- 14.1.8 possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento do objeto do contrato. Deverá, ainda, indicar o responsável pela coordenação técnico/administrativa dos serviços, o qual deverá redimensionar o efetivo de pessoal, quando os serviços assim o exigirem, e elaborar planos de trabalho das etapas, submetendo-os à aprovação da CPTM.
- 14.1.9 arcar com o transporte dos materiais, equipamentos, instrumentos e das equipes envolvidas com a realização dos serviços necessários para desenvolvimento do objeto deste contrato.
- 14.1.10 ocupar área a ser indicada pela CPTM para instalação do canteiro de obras em área da CPTM sem ônus para a contratada, sendo as despesas de instalação e manutenção de total responsabilidade da CONTRATADA. Este canteiro deverá abrigar sanitário, vestiário e refeitório para funcionários durante o horário de trabalho. A citada área deverá ser totalmente desocupada após a conclusão dos serviços. caso haja necessidade de instalação tipo alojamento/dormitório de pessoal, esta deverá estar fora da área de domínio da CPTM, a distância deste alojamento às frentes de serviço fica a cargo da CONTRATADA.
- 14.1.11 responder por qualquer acidente de trabalho na execução do objeto deste contrato; por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros; por danos resultantes de caso fortuito ou não observância às normas de segurança do trabalho, de seus funcionários, terceiros, independentemente do local de ocorrência do sinistro, seja nas dependências da CPTM ou em via pública.
- 14.1.12 prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Gestor do Contrato, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local de execução dos serviços previstos para elaboração dos projetos, disponibilizando, quando requisitado, os documentos demonstrando a evolução dos trabalhos.
- 14.1.13 adotar as providências e precauções necessárias inclusive consulta aos respectivos órgãos, caso necessário, a fim de que redes pertencentes a concessionárias de energia elétrica, telefonia, saneamento e principalmente aquelas integrantes dos sistemas da CPTM, não venham a ser danificadas quando da execução do objeto deste Contrato.
- 14.1.14 promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o mais necessário à execução dos serviços de sua propriedade e da CPTM, postos a sua disposição.

- 14.1.15 tomar as providências junto às concessionárias e instituições públicas, ou privadas, para obtenção de dados e informações técnicas necessárias para desenvolvimento dos serviços.
- 14.1.16 executar os trabalhos de forma a não prejudicar o trânsito local, e de acordo com as especificações técnicas e Condições Gerais de Execução deste contrato, especificações estaduais, normas de higiene, segurança e normas da ABNT.
- 14.1.17 adotar as providências e precauções necessárias para que, durante ou ao fim de cada serviço, cuja execução interfira com a circulação dos trens, não se restrinja à plenitude das condições operacionais originais do trecho ferroviário.
- 14.1.18 manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando a integridade física dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização dos mesmos.
- 14.1.19 respeitar e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários, devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.
- 14.1.20 substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o empregado cuja presença no local de execução dos serviços for julgada inconveniente pela CPTM, incluindo o responsável técnico.
- 14.1.21 promover o transporte de seus empregados, em veículos apropriados e de acordo com a legislação vigente.
- 14.1.22 manter um perfeito controle de aplicação de materiais, não sendo da CPTM a responsabilidade pela reposição de eventuais perdas.
- 14.1.23 responsabilizar-se pelo estudo de todos os documentos e outros elementos fornecidos pela CPTM para a execução do objeto deste instrumento, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos.
- 14.1.24 executar os serviços, preferencialmente, sem acarretar qualquer interrupção das atividades da CPTM. Quando houver necessidade de paralisação de alguma atividade da CPTM para sua realização, os mesmos deverão ser executados no menor prazo possível e condicionados aos horários e permissões a serem estabelecidos pela CPTM. Para qualquer tipo de interdição (parcial ou total) deverá haver solicitação e aprovação prévia da CPTM, devendo ser seguida a rotina das instruções de serviços da CPTM.

- 14.1.25 fornecer as instalações, os equipamentos, as aparelhagens e locais necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao objeto do contrato.
- 14.1.26 cumprir os prazos estabelecidos neste contrato, ainda que em horários restritos de trabalho, em razão da necessidade de continuidade operacional das linhas objeto desta implantação.
- 14.1.27 comparecer, sempre que convocado pela CPTM em até 24 horas, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto do presente contrato.
- 14.1.28 cientificar a CPTM o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
- 14.1.29 responsabilizar-se pela segurança do pessoal. Não deverá entrar nas vias e nem trabalhar sobre as instalações da rede aérea.
- 14.1.30 Seguir rigorosamente todas as determinações e recomendações existentes nas normas ABNT e ISO 14000 referentes ao meio ambiente, sendo a contratada a responsável pela coleta, transporte, tratamento e disposição final de todos os resíduos sólidos ou não por ela gerados durante a execução dos trabalhos.
- 14.1.31 prestar, à CPTM, toda a assistência técnica necessária, pertinente ao objeto do contrato.
- 14.1.32 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 14.1.33 Obter as devidas autorizações previstas em lei para a prestação do serviço, bem como promover as inscrições e registros necessários a tanto.
- 14.1.34 reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CPTM, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CPTM.
- 14.1.35 paralisar, por determinação da CPTM, ou seus prepostos, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas, projeto executivo, normas regulamentadoras e a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 14.1.36 submeter à aprovação dos órgãos competentes os projetos por ela desenvolvidos.
 - 14.1.37 obedecer às normas e rotinas da CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.
 - 14.1.38 guardar confidencialidade no uso das informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização e custódia.
- 14.2 A CONTRATADA realizará, às suas expensas, quando solicitado pela fiscalização da CPTM, os ensaios tecnológicos dos materiais empregados na execução dos serviços, de acordo com o estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- 14.3 A CONTRATADA será responsável, durante toda a execução do objeto contratual, pela segurança de seus profissionais, devendo caracterizá-los visualmente, principalmente quando estiverem executando serviços na faixa ferroviária, através de uniforme de fácil visibilidade e com identificação da empresa, bem como prover equipamentos de proteção individual e coletiva para cada tipo de serviço. Além disso, todas as regiões de trabalho deverão ser adequadamente sinalizadas com placas, bandeirolas e aviso sonoro visando informar as composições em circulação das restrições locais, bem como alertar equipes de trabalho com relação a aproximação dessas composições.
- 14.4 Será admitida a substituição do responsável técnico de que trata o subitem 14.1.1.2 desta cláusula por outro de experiência equivalente ou superior, desde que devidamente justificada pela CONTRATADA, hipótese em que haverá prévia aprovação da CPTM e obrigará à nova ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) vinculada à ART original, nos termos do artigo 30 da Resolução CONFEA nº 1.137/2023, de 31/03/2023.

15 PESSOAL

- 15.1 O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a CPTM e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA. No caso de vir a CPTM ser denunciada judicialmente, a CONTRATADA a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.
- 15.2 A CONTRATADA deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos

trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos referidos, não transfere à CPTM a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

- 15.3 Ocorrendo eventuais ações reclamationárias trabalhistas, propostas por profissionais ou ex-profissionais da CONTRATADA, fica esta, obrigada a requerer e obter a exclusão da CPTM da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.
- 15.4 Na hipótese de a CPTM vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamationárias trabalhistas, propostas por profissionais ou ex-profissionais da CONTRATADA, durante a vigência contratual, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e, desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CPTM, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CPTM utilizará o direito de regresso, em ação própria, a ser intentada contra a CONTRATADA, a qual, desde já, manifesta expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste item.
- 15.5 A mão-de-obra deverá ser qualificada e deverá estar devidamente treinada para as diferentes tarefas técnico-administrativas, de modo a atender eficientemente todas as atividades previstas neste contrato e seus anexos.
- 15.6 Todos os profissionais que estiverem prestando serviços nas dependências da CPTM deverão apresentar-se identificados através de crachás e usando os EPI's necessários à função.
- 15.7 A CONTRATADA deverá apresentar à CPTM, quando solicitado, o registro de todos os profissionais ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.
- 15.8 Por ocasião da apresentação à CPTM da nota fiscal, fatura, recibo ou documento fiscal equivalente, deverá ainda ser apresentada, pela CONTRATADA os documentos de ordem previdenciária abaixo listados correspondentes ao período de execução dos serviços:
- a) Recibo transmissão da DCTFWeb;
 - b) DARF da Contribuição Previdenciária com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet.

- 15.9 As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas, que deverão corresponder ao período de execução e por tomador de serviço (CPTM) são:
- a) Guia de Recolhimento do FGTS- GRF, gerada e impressa pelo FGTS Digital, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
 - b) Relação dos Trabalhadores Constantes no FGTS Digital; e
 - c) Relação de Tomadores/Obras do FGTS Digital.

16 FISCALIZAÇÃO

- 16.1 A CPTM reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à CONTRATADA, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à CPTM quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.
- 16.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.
- 16.3 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.
- 16.4 A CONTRATADA obriga-se a atender as determinações da fiscalização da CPTM relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.
- 16.5 Todos os trabalhos serão verificados pelo Gestor do Contrato antes de serem apropriados, cabendo à CONTRATADA tomar todas as providências necessárias para essa verificação, a qual será realizada com base nas Especificações e Normas Técnicas pertinentes.
- 16.6 Até o recebimento definitivo do objeto do Contrato/serviço, a CONTRATADA será responsável, sem qualquer ônus para a CPTM, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.

17 PENALIDADES

- 17.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados / comprovados, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta e observada a dosimetria do artigo 257 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de

04/12/2023, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:

- 17.1.1 Advertência, aplicada exclusivamente no caso de inexecução parcial do contrato e desde que não cause grave dano à CPTM, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público, bem como quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da penalidade de multa.
- 17.1.2 Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por item inadimplido sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente, desde que não seja reincidente;
- 17.1.3 Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do saldo do contrato na hipótese da alteração da equipe técnica sem a aprovação da CPTM;
- 17.1.4 Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;
- 17.1.5 Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese da reincidência da ação ou da omissão, que tenha justificado a aplicação das multas estabelecidas nos subitens anteriores;
- 17.1.6 Multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do saldo atualizado do contrato, por desistência total ou parcial de seu respectivo objeto.
- 17.2 As multas serão aplicadas mensalmente e sua totalidade não poderá exceder o limite de 30% do valor do contrato, conforme § 2º do Artigo 247 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.
- 17.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do Artigo 247, inciso III do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 17.4 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da CONTRATADA ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 17.5 O pagamento das multas compensatórias não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas, devendo ser adotado o procedimento do artigo 249 do

Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.

- 17.6 Na hipótese do valor da multa ultrapassar o valor da garantia e de não existirem pagamentos previstos efetivamente configurados, a CONTRATADA deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da CPTM, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.
- 17.7 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano “pro rata tempore”, até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada na cláusula de pagamento deste contrato.
- 17.8 O processo administrativo não será instaurado quando os motivos forem de responsabilidade da CPTM.
- 17.9 Se em qualquer momento no curso da execução deste contrato, a CONTRATADA encontrar-se numa situação que a impeça de proceder o serviço ou cumprir algum compromisso, a mesma deverá notificar a CPTM por escrito, em um prazo não superior a 30 (trinta) dias a partir da ocorrência, informando o atraso, sua duração estimada e suas causas. Depois de receber a notificação, a CPTM avaliará a situação e poderá, a seu critério, prorrogar o prazo outorgado à CONTRATADA para o cumprimento dos serviços ou dos compromissos. Neste caso, a prorrogação será ratificada pelas partes mediante formalização do competente instrumento de aditamento.

18 RESCISÃO

- 18.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:
- a) o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CPTM a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
 - c) a subcontratação do objeto que importe em desatendimento das condições de qualificação técnica e sem prévia autorização da CPTM;
 - d) a fusão, cisão, incorporação, associação da CONTRATADA com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da CPTM para avaliação da manutenção das condições de habilitação, contratação e eventual prejuízo à execução do objeto contratado;
 - e) o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato, assim como as de seus superiores;

- f) o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- g) a dissolução da sociedade, o falecimento do contratado, a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do contrato;
- i) razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- j) a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- k) o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação ou de contratação pela CONTRATADA;
- l) o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) a prática de atos lesivos à CPTM previstos na Lei Federal nº 12.846/2013;
- n) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- o) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- p) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.2 Constituem motivos para rescisão do contrato, mediante denúncia da CONTRATADA:

- a) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da CPTM, por prazo superior a 3 (três) meses;
- b) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- c) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela CPTM por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

- 18.3 A rescisão por iniciativa da CONTRATADA, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
- 18.4 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela CONTRATADA, até a data rescisória, passarão à propriedade da CPTM.
- 18.5 A rescisão consensual ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a CPTM.
- 18.6 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, nos termos do disposto no artigo 187, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.
- 18.7 As hipóteses de extinção a que se referem as alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 18.2 acima observarão as seguintes disposições:
- a) não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - b) assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação.
- 18.8 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no artigo 189 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.

19 SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1 O objeto do presente contrato é indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela CONTRATADA, não sendo admitida a subcontratação.

20 GARANTIA TÉCNICA

- 20.1 A responsabilidade técnica pelos documentos elaborados pela CONTRATADA subsistirá, mesmo após o recebimento definitivo dos mesmos pela CPTM, na forma e nos prazos determinados pela legislação vigente.
- 20.2 A CONTRATADA responderá pela boa qualidade dos documentos técnicos, pelos serviços e pelos fornecimentos por ela desenvolvidos e executados, mesmo após a aprovação pela CPTM.

- 20.3 A garantia deverá abranger todos e quaisquer tipos de falhas detectadas, a qualquer tempo, em relação à utilização inadequada de materiais, equipamentos ou mão de obra, de fornecimento e responsabilidade da CONTRATADA.
- 20.4 A garantia técnica dos serviços deverá obedecer rigorosamente ao disposto nas especificações técnicas e demais exigências dessa contratação, sem prejuízo ao quanto disposto na legislação pertinente, independente da CPTM ter emitido o “Termo de Recebimento Definitivo”.
- 20.5 Sempre que convocada, a CONTRATADA deverá comparecer no prazo máximo de 48 horas nos escritórios da CPTM, para prestar esclarecimentos técnicos correspondentes aos serviços de sua responsabilidade (mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo). Eventuais correções que se façam necessárias, deverão ser providenciadas sem ônus à CPTM, em prazos compatíveis com a complexidade dos trabalhos a serem revisados, observando-se que, não serão admitidos prazos superiores a 30 dias corridos para a conclusão das revisões.

21 PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 21.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos e outros documentos elaborados pela CONTRATADA, na execução dos serviços, serão entregues à CPTM, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.
- 21.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na CPTM.
- 21.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela CPTM, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.
- 21.3 A documentação técnica apresentada à CONTRATADA é de propriedade da CPTM, sendo vedada sua utilização pela CONTRATADA para outros fins que não os previstos neste contrato. A CONTRATADA deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.
- 21.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a CONTRATADA deverá ter entregue à CPTM, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

22 DIREITOS AUTORAIS

- 22.1 A CONTRATADA deverá garantir, indenizar e proteger a CPTM, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou

relacionados com qualquer infração dos dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.

22.2 A CPTM comunicará à CONTRATADA, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a CONTRATADA, conforme opção da CPTM, a:

22.2.1 defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a CPTM a ser condenada, por força das citadas medidas;

22.2.2 substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;

22.2.3 garantir à CPTM a continuidade e qualidade dos serviços previstos no contrato.

22.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela CPTM, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela CPTM.

22.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou “know-how”, que impeçam a CPTM o conhecimento de detalhes do projeto.

22.5 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da CPTM e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da CPTM, sob pena de responder a CONTRATADA por perdas e danos.

23 ALTERAÇÕES

23.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, nos casos previstos no art. 173, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.

23.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras/serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.

23.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.

- 23.4 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega, admitem prorrogações, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias descritas no artigo 177, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.

24 COMUNICAÇÕES

- 24.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondências endereçadas como segue:

CPTM:
COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Rua Boa Vista nº 162, 6º andar - Centro
SÃO PAULO - SP
CEP 01014-902
CONTRATO LC00526-01

CONTRATADA:
RAZÃO SOCIAL
ENDEREÇO
CIDADE
CEP
CONTRATO LC00526-01
CONTATO
TEL
E-MAIL

- 24.1.1 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste Contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.
- 24.1.2 A CPTM e a CONTRATADA deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.
- 24.1.3 A interlocução entre a CPTM e a CONTRATADA para as empresas constituídas em consórcio, em qualquer hipótese, dar-se-á sempre através da empresa líder, indicada no Instrumento de Constituição de Consórcio.

25 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

- 25.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 180, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.
- 25.2 O objeto deste contrato será aceito pela CPTM, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.
- 25.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela CPTM, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela CONTRATADA. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a CONTRATADA passará à condição de inadimplência perante a CPTM.
- 25.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 90 (noventa dias) corridos, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela CPTM.

26 NOVAÇÃO

- 26.1 Se qualquer das partes contratantes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

27 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 27.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.

28 VÍNCULO AO EDITAL

- 28.1 Para execução dos serviços objeto deste contrato, foi realizada a Licitação LC00526, cujos atos encontram-se no Processo SEI 386.00015308/2025-20.
- 28.2 O presente contrato está vinculado ao instrumento convocatório da Licitação LC00526 e à proposta da CONTRATADA.

29 FORO

- 29.1 As partes signatárias deste instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro Central da Comarca da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer litígios referentes a este Contrato.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

Pela CPTM:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS

QUARTA PARTE

ANEXOS DO EDITAL

ANEXO 1
LICITAÇÃO LC00526
CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

ANEXO 1

LICITAÇÃO LC00526

CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

1 OBJETO

- 1.1 Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para a supervisão de projetos e de obras da Linha 10 - Turquesa da CPTM, compreendendo as obras de acessibilidade, NR24 e AVCB das Estações Santo André e Mauá.

2 INTRODUÇÃO

- 2.1 O programa de Investimento da CPTM prevê a execução de intervenções de engenharia para adequar estações às necessidades dos passageiros e população lindeira à faixa de domínio da CPTM, bem como atender as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo a segurança e saúde de seus colaboradores. Para a execução das obras e implantações previstas, faz-se necessário sua supervisão, com a finalidade de atender os melhores padrões da especialidade, economia, qualidade e segurança definidos pela CPTM.

- 2.1.1 A SUPERVISORA será responsável por acompanhar e fiscalizar os projetos e as obras civis previstas para a Linha 10 - Turquesa, no que diz respeito às obras de acessibilidade, adequações à NR24 e AVCB em estações, abrangendo os fornecimentos e as montagens necessárias, de forma a garantir que as implantações ocorram em conformidade com os projetos elaborados, escopo definido e qualidade planejados, cuidando para que os contratos com fornecedores sejam integralmente cumpridos. Para tanto, a SUPERVISORA contratada se obriga a conhecer integralmente os termos dos contratos e todos os seus anexos, firmados ou a serem firmados com os fornecedores.

- 2.1.2 O escopo desta contratação prevê as intervenções da futura Supervisora nos seguintes empreendimentos:

- a) EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE EDIFICAÇÃO OPERACIONAL NA PLATAFORMA 1 DA ESTAÇÃO BRÁS DA LINHA 10 – TURQUESA DA CPTM;
- b) OBRAS DE ACESSIBILIDADE DAS ESTAÇÕES MAUÁ - SANTO ANDRÉ - LINHA 10;
- c) CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPEC. ENG. PARA IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO CÊNICA – LUZ; e

- d) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E DOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO E AUTOMAÇÃO E CONTROLE DA ESTAÇÃO DA LUZ DA CPTM.

3 RESULTADOS ESPERADOS

- 3.1 A SUPERVISORA apoiará a CPTM no planejamento, monitoramento e controle de todas as atividades relacionadas às intervenções, especialmente nas suas interdependências, na análise e consolidação dos relatórios recebidos, no acompanhamento dos serviços efetuados, propondo à CPTM eventuais medidas corretivas, quando for o caso, que visem manter o cumprimento das metas estabelecidas, devendo para isso:
- 3.1.1 Definir uma sistemática de troca e coleta de informações, manter estreito relacionamento com as gerências da CPTM por meio do gestor do contrato da contratante, supervisionar o fornecimento de materiais e equipamentos, bem como das obras civis para obter informações necessárias à elaboração dos relatórios de andamento das intervenções;
 - 3.1.2 Estabelecer calendário de visitas periódicas ou de inspeções de órgãos financiadores e fiscalizadores nas frentes de serviço, priorizadas em função de situações críticas por ventura ocorridas, fazendo uma avaliação analítica criteriosa e propor, quando necessário, medidas corretivas;
 - 3.1.3 Proceder a análise, a revisão e a consolidação do acompanhamento das ações componentes dos contratos, permitindo à CPTM realizar as adequações necessárias;
 - 3.1.4 Elaborar e apresentar mensalmente e, sempre que necessário, relatórios de progresso e resultados das ações que envolvam as diversas áreas na implantação das obras, analisando e mensurando a sua evolução, inclusive avaliando os riscos ao sucesso do empreendimento e propondo ações alternativas para a correção de eventuais desvios em consonância com os produtos descritos na ET BI2820-9.
- 3.2 Além da análise e aprovação dos diferentes documentos técnicos, fazem parte do escopo desta contratação as seguintes atividades: apoio técnico às equipes responsáveis pelas obras, projetos e instalações, no que se refere ao atendimento às normas técnicas e especificações da CPTM; supervisão e controle dos documentos técnicos gerados pelas contratadas; monitoramento e gestão do desempenho dos serviços relacionados a execução obras e instalações; gestão do desempenho das contratadas e apoio técnico nas e implantação de obras e de testes e recebimento de equipamentos, além de suas instalações; análise e acompanhamento das medições, bem como análise e relatórios de ocorrências relacionadas às obras e demandas das contratadas para a CPTM.

3.3 Para tanto, a SUPERVISORA deverá mobilizar equipe técnica formada por profissionais qualificados e disponibilizar sala adequada para realização das atividades objeto desta contratação, além da infraestrutura e equipamentos de informática. Deve, ainda, utilizar softwares específicos para geração de relatórios, entre outros.

3.4 A SUPERVISORA deverá mobilizar equipe técnica, formada por profissionais qualificados, para o acompanhamento de inspeções, testes e recebimento de equipamentos, bem como na validação de sistemas, dentro e fora da CPTM.

4 CONDIÇÕES GERAIS

4.1 A SUPERVISORA realizará os serviços conforme as Especificações Técnicas, abaixo relacionadas, que serão disponibilizadas em mídia eletrônica e de acordo com as Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como as normas internas da CPTM, em especial:

- a) ET - ET BI2820-9 Rev. 02- ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA A SUPERVISÃO DE PROJETOS E DE OBRAS DA LINHA 10- TURQUESA DA CPTM, COMPREENDENDO AS OBRAS DE ACESSIBILIDADE, NR24 E AVCB DAS ESTAÇÕES SANTO ANDRÉ E MAUÁ;
- b) ET BD9549-3 - MANUAL DE SUPERVISÃO AMBIENTAL - OBRAS NOS EMPREENDIMENTOS DA CPTM;
- c) NORMA IMPLEMENTADORA N.I. 01/002 - DOCUMENTOS TÉCNICOS;
- d) NORMA DE SERVIÇO N.S. GFA/001 - EMISSÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS;
- e) NORMA IMPLEMENTADORA N.I. 01/11 - CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS e;
- f) NORMA DE SERVIÇO N.S. DO/002 - DETERMINAÇÕES PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS AO LONGO DA VIA FÉRREA.

4.2 Para o caso em que não haja nenhuma Norma Técnica Brasileira ou da CPTM, que abranja os serviços e obras das contratadas e da Supervisora, será aplicada uma Norma Internacional correspondente.

4.3 As obras contratadas abrangem: aprovação de projeto executivo, arquitetura, estruturas, instalações elétricas e de sistemas, instalações hidráulicas, levantamento cadastral de áreas e edificações, levantamento topográfico, drenagem, sondagem e combate a incêndio; instalação de equipamentos,

contrução de subestações, cabines seccionadoras e primárias, intervenções viárias, banco de dutos, infra e superestrutura de via permanente, rede aérea de tração, remoção de interferências (SABESP, ENEL, e Cabos Ópticos de terceiros) etc.

- 4.4 Para que os serviços de supervisão ocorram de forma racional e integrada, é necessário que a equipe da SUPERVISORA trabalhe em um mesmo local e em período integral. Na impossibilidade de cessão onerosa de espaço dentro das instalações próprias da CPTM, a SUPERVISORA deverá locar sala comercial próxima ao local das obras e sem ônus adicionais, sendo que, em qualquer tempo, poderá ser convocada para reuniões.
- 4.5 Dentro de suas atribuições contratuais, a SUPERVISORA deverá analisar e acompanhar as obras executadas pelas contratadas, verificando se atendem todos os requisitos técnicos e as exigências prescritas na legislação vigente, incluindo: Normas Técnicas da ABNT; Normas internas e especificações técnicas (de serviços, de materiais e de serviços ambientais especializados) da CPTM; diretrizes para projetos de arquitetura e acabamento; projetos padrões de arquitetura (PP's); projetos de referência; normas de acessibilidade, corpo de bombeiros, Especificações Técnicas da CPTM e, por fim, Leis Federais, Estaduais e Municipais que regulamentam o transporte público.
- 4.6 Seguindo esta diretriz, a equipe de supervisão deve ser composta por profissionais experientes e habilitados nas diversas disciplinas, condição imprescindível para evitar retrabalhos e prejuízos nos respectivos cronogramas contratuais.
- 4.7 As implantações que farão parte do objeto da supervisão abrangem estudos em campo, tais como:
- a) Levantamentos preliminares;
 - b) Levantamento planialtimétrico cadastral, sondagens, cadastros de interferências entre outros;
 - c) Acompanhamento da análise de estudos de alternativas de métodos executivos, quando necessários para execução das obras, e suas providências para apresentação aos órgãos de aprovação (Prefeitura, CETESB, CET, etc.);
 - d) Acompanhamento de obras, serviços e instalações englobando: arquitetura, estruturas, fundações, paisagismo e comunicação visual, instalações hidráulicas e elétricas, via permanente, rede aérea, drenagem, sistema viário, obras de arte especial, remanejamento de interefências, sistemas, entre outros.

5 EQUIPE DE TRABALHO E TURNOS DE TRABALHO

- 5.1 Os serviços serão realizados por equipe técnica composta por profissionais especializados, conforme descrito nas Especificações Técnicas e demais normas descritas no item 4 desta Condições Gerais de Execução;
- 5.2 As cargas horárias de cada profissional são dimensionadas levando em conta a necessidade periódica de serviços em 01 turno, em regime de, no máximo, 176 horas/mês por profissional;
- 5.3 A Supervisora contratada deverá verificar que as obras e implantações a serem supervisionadas deverão garantir a convivência com a necessidade da continuidade operacional, dos sistemas e subestações. Deverá também atentar para a possibilidade de executar atividades que impliquem interferência operacional, com restrição, sem interrupção da circulação dos trens. Caso necessários, os intervalos que impliquem restrição operacional podem ser estudados em conjunto com a área operacional da CPTM.

6 EQUIPE TÉCNICA

- 6.1 A EQUIPE TÉCNICA deve ser constituída por profissionais experientes e deverão ter seus currículos avaliados e aprovados pela CPTM. Com relação aos profissionais pontuáveis para a respectiva licitação, o edital da mesma indicará as exigências e respectivas atribuições. À seguir estão relacionados os profissionais envolvidos na futura contratação:

FUNÇÃO / PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA
COORDENADOR GERAL	Vide exigências do Edital.
Engenheiro de Obras Sênior - Planejamento e Controle - tempo de experiência: igual ou superior a 8 anos – Formação - Engenharia (civil, elétrica / telecom, mecânica ou produção), com registro no CREA	•Gerenciamento / supervisão / fiscalização de apoio técnico / acompanhamento em obras civis metroferroviárias.
Engenheiro de Obras Pleno - Planejamento e Controle - tempo de experiência: superior a 6 anos – Formação - Engenharia (civil, elétrica / telecom, mecânica ou produção), com registro no CREA	•Gerenciamento / supervisão / fiscalização de apoio técnico / acompanhamento em obras civis metroferroviárias.
COORDENADOR SETORIAL - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS	Vide exigências do Edital.
Engenheiro Projetos Civil Sênior / - Controle e Fiscalização de Projetos - tempo de experiência: igual ou superior a 8 anos - Formação - Engenharia (civil, elétrica / telecom, mecânica ou produção), com registro no CREA.	•Gerenciamento ou supervisão de projetos de obras civis metroferroviárias.
Engenheiro Projetos Civil Pleno / - Controle e Fiscalização de Projetos - tempo de experiência: superior a 6 anos - Formação - Engenharia (civil, elétrica / telecom, mecânica ou produção), com registro no CREA	•Gerenciamento ou supervisão de projetos de obras civis metroferroviárias.

Engenheiro Projetos Sistema Pleno / - Controle e Fiscalização de Projetos - tempo de experiência: superior a 6 anos – Formação - Engenharia (elétrica, eletrônica, telecomunicações ou mecânica), com registro no CREA.	•Gerenciamento ou supervisão de projetos de sistemas auxiliares metroferroviárias.
COORDENADOR SETORIAL - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E IMPLANTAÇÕES	Vide exigências do Edital.
Engenheiro de Obras Sênior - Controle e Fiscalização de Obras e Implantações - tempo de experiência: igual ou superior a 8 anos - Formação : Engenharia (civil, elétrica / telecom, mecânica ou produção, com registro no CREA.	•Gerenciamento ou supervisão de implantação de obras civis metroferroviárias.
Engenheiro de Obras Pleno – Controle e Fiscalização de Obras e Implantações - tempo de experiência: superior a 6 anos - Formação : Engenharia (civil, elétrica / telecom, mecânica ou produção, com registro no CREA	•Gerenciamento ou supervisão de implantação de obras civis metroferroviárias.
Engenheiro de Montagem de Sistemas Sênior - Controle e Fiscalização de Obras e Implantações - tempo de experiência: igual ou superior a 8 anos - Formação : Superior em Engenharia, modalidades Elétrica ou Eletrônica ou Eletricista ou Mecatrônica, com registro no CREA.	•Gerenciamento ou supervisão de implantação de sistemas auxiliares metroferroviárias
Engenheiro Ambiental Pleno - Supervisão Ambiental - tempo de experiência: superior a 6 anos - Formação : Superior em Engenharia Ambiental ou Engenharia Civil com especialização em Meio Ambiente, com registro no CREA.	•supervisão de meio ambiente em obras civis metroferroviárias.
Engenheiro de Segurança do Trabalho Pleno – Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional - tempo de experiência: superior a 6 anos - Formação : Superior em Engenharia de Segurança do Trabalho ou superior em Engenharia com especialização em Engº de Seg. do trabalho, com registro no CREA.	•supervisão em segurança do trabalho em obras civis metroferroviárias.
Consultor Especial - Apoio Técnico-Consultoria - tempo de experiência: mais de 15 anos em empreendimentos similares ao do objeto. Formação - com escolaridade nível superior	•Profissionais reconhecidos como especialistas em suas áreas de atuação, em empreendimentos similares ao do objeto, tendo como expertise: analisar aspectos críticos dos projetos, em decorrência de fatos não previstos inicialmente, ou por motivo de ocorrência de divergência cuja solução necessite de parecer técnico especializado; conhecer o interfaceamento com outros órgãos públicos, empresas concessionárias de serviços públicos, proprietários de áreas circunvizinhas, etc, assessorar nas atividades de Recebimento Provisório e Definitivo das Obras, bem como assessorar e acompanhar as atividades de Comissionamento
Topógrafo - tempo de experiência: superior a 6 anos - Formação : profissional com formação superior em Engenharia Civil, com registro no CREA	•fiscalização de obras de instalações ferroviárias ou metroviárias, em todas as fases da implantação (principalmente o levantamento primitivo)

Técnico de Montagem de Sistemas – tempo de experiência superior a 5 anos - Formação: com escolaridade nível médio, regular ou profissionalizante (eletrotécnica, telecomunicações, mecânica), com registro no CREA.	•supervisão ou fiscalização e ou elaboração de projetos ou em supervisão ou fiscalização de implantação de sistemas metroferroviários.
Auxiliar de Topografia - tempo de experiência mínima de 5 anos - Formação nível médio	•Atuação no auxílio ao Topógrafo
Técnico de Edificações - tempo de experiência superior a 5 anos - Formação: com escolaridade nível médio, regular ou profissionalizante, com registro no CREA.	•fiscalização de obras civis metroferroviárias.
Técnico de Meio Ambiente- tempo de experiência superior a 5 anos - Formação: com escolaridade nível médio, regular ou profissionalizante, com registro no CREA.	•fiscalização ambiental de obras metroferroviárias.
Técnico Segurança do Trabalho - tempo de experiência superior a 5 anos - Formação: com escolaridade nível médio, regular ou profissionalizante em segurança do trabalho, com registro no CREA	•fiscalização de segurança do trabalho de obras metroferroviárias.

7 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 7.1 A SUPERVISORA, após o recebimento do Plano de Trabalho, Cronograma de Atividades e o conhecimento dos Documentos Técnicos e Projetos referentes ao empreendimento, deverá elaborar o seu cronograma de atividades, compatível com o das contratadas, indicando a equipe de supervisão que irá atuar em cada produto e o prazo de análise correspondente.
- 7.2 A composição dos preços da proposta da SUPERVISORA deverá contemplar as despesas com as instalações e equipamentos descritos abaixo:
- Manter-se em seu escritório próprio ou, se preferir, locar imóvel administrativo próximo do local das obras. Essa área deverá ter infraestrutura completa para instalação de rede de telefonia e informática, mobiliário de escritório para acomodar toda a equipe e os equipamentos, etc;
 - Neste escritório deverá ser reservada uma sala para a Fiscalização da CPTM, dotada de infraestrutura completa como descrito anteriormente, com ar condicionado e sala de reuniões, de tamanho suficiente para acomodar a todos. O período de utilização coincidirá com o período de mobilização dos trabalhos de Supervisão;
 - Execução eventual de serviços de plotagens em formato A0, A1 ou A1 estendido e impressão de documentos necessários. Os serviços serão executados durante o prazo de vigência do contrato;
 - Mobiliário, atendendo aos requisitos de ergonomia, copiadoras, material de consumo e serviço de reprografia;

- e) Softwares compatíveis com os da CPTM, com características adequadas à demanda dos serviços e de forma colaborativa;
- f) Microcomputadores recomendados pelos fabricantes dos softwares necessários à execução dos serviços. Os equipamentos de informática devem estar tecnologicamente atualizados;
- g) Profissionais administrativos como secretárias, auxiliares administrativos, técnicos de planejamento e controle, entre outros; serviços e equipamentos de comunicação, incluindo telefones fixos e/ou móveis e acesso à internet.

7.3 A SUPERVISORA deve dimensionar a equipe técnica necessária para realização dos serviços objeto do escopo do contrato, de forma adequada e compatível com o andamento das obras e demais atividades de controle, sob sua supervisão.

8 ANEXOS (EM MÍDIA ELETRÔNICA)

8.1 A CPTM está disponibilizando as documentações que compreendem a Especificações Técnicas e o Cronograma Físico-Percentual de forma a permitir a execução dos serviços.

ANEXO 2
LICITAÇÃO LC00526
PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS

Anexo 2 - Planilha de Quantidades e Preços Propostos

Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para a supervisão de projetos e de obras da Linha 10 - Turquesa da CPTM, compreendendo as obras de acessibilidade, NR24 e AVCB das Estações Santo André e Mauá

Data Base:						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
01	COORDENAÇÃO GERAL					
14.01.01.100.02	Coordenador geral	h	4.224,00			
02	PLANEJAMENTO E CONTROLE					
14.01.01.100.12	Engenheiro de obras - sênior	h	2.112,00			
14.01.01.100.11	Engenheiro de obras - pleno	h	2.640,00			
14.01.01.100.18	Técnico de edificações	h	2.640,00			
03	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS					
14.01.01.100.62	Coordenador setorial	h	1.056,00			
14.01.01.100.15	Engenheiro de projetos Civil - sênior	h	1.056,00			
14.01.01.100.14	Engenheiro de projetos Civil - pleno	h	1.056,00			
14.01.01.100.14	Engenheiro de projetos Sistema - pleno	h	1.056,00			
04	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E IMPLANTAÇÕES					
14.01.01.100.62	Coordenador setorial	h	2.640,00			
14.01.01.100.12	Engenheiro de obras - sênior	h	2.640,00			
14.01.01.100.11	Engenheiro de obras - pleno	h	2.640,00			
14.01.01.100.06	Engenheiro de montagem de Sistema - sênior	h	2.640,00			
14.01.01.100.18	Técnico de edificações	h	2.640,00			
14.01.01.100.20	Técnico de montagem de sistema	h	1.056,00			
14.01.01.100.47	Topógrafo.	h	1.056,00			
14.01.01.100.48	Auxiliar de topografia.	h	1.056,00			
14.01.01.100.64	Técnico de edificações - noturno	h	1.056,00			
05	SUPERVISÃO AMBIENTAL					
14.01.01.100.08	Engenheiro ambiental - pleno	h	2.112,00			
14.01.01.100.19	Técnico de meio ambiente	h	2.112,00			
06	SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL					
14.01.01.100.16	Engenheiro de segurança do trabalho - pleno	h	2.112,00			
14.01.01.100.21	Técnico de segurança do trabalho	h	2.112,00			
14.01.01.100.63	Técnico de segurança do trabalho - noturno	h	2.112,00			
07	APOIO TÉCNICO / CONSULTORIA					
14.01.01.100.24	Consultor especial	h	150,00			
08	DESPESAS DE TRANSPORTE					
14.01.01.102.08	Veículo grupo S-1 - Hatch de 1.0 a 1.6 seminovo, 2ª feira a domingo, 12h diárias com motorista e com combustível	un x mês	24,00			
14.01.01.105.01	Aparelho de topografia estação total + nível	un x mês	6,00			
					TOTAL GERAL:	

ANEXO 3

LICITAÇÃO LC00526

CRONOGRAMA FÍSICO-PERCENTUAL

(vide item 8 das Condições Gerais de Execução, Anexo 1 do Edital)

ANEXO 4

LICITAÇÃO LC00526

MODELO DE PROPOSTA

(Local e Data)

À

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

LICITAÇÃO LC00526 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA A SUPERVISÃO DE PROJETOS E DE OBRAS DA LINHA 10 - TURQUESA DA CPTM, COMPREENDENDO AS OBRAS DE ACESSIBILIDADE, NR24 E AVCB DAS ESTAÇÕES SANTO ANDRÉ E MAUÁ.

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, apresentamos nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

1 SERVIÇOS

- 1.1 A presente proposta refere-se à prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para a supervisão de projetos e de obras da Linha 10 - Turquesa da CPTM, compreendendo as obras de acessibilidade, NR24 e AVCB das Estações Santo André e Mauá.
- 1.2 Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital da LICITAÇÃO LC00526 e seus anexos.

2 PREÇOS

- 2.1 O preço total para os serviços objeto do edital, que propomos é de: R\$ _____ (_____), data-base _____ / 20____ (mês / ano estabelecido para a entrega das propostas).
- 2.2 No preço indicado no subitem anterior estão incluídos todos os custos referentes à engenharia, mão de obra, veículos de transporte, locação de imóvel, mobiliário, equipamentos (microcomputadores, impressoras, “softwares”, aplicações/sistemas e outros correlatos em quantidade e características adequadas à demanda de serviços), equipamentos de comunicação (telefones fixos, celulares, servidor para acesso rápido à internet e outros correlatos), administração local, material de consumo para escritório, máquina de cópias

reprográficas, acessórios, seguros cabíveis, pessoal, bem como custos indiretos (impostos, tributos, encargos, taxas, emolumentos etc) e outras despesas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto desta licitação.

3 PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VALIDADE DA PROPOSTA

- 3.1 O prazo para execução dos serviços é de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida, pela CPTM, em até 15 (quinze) dias corridos da assinatura do contrato.
- 3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data estabelecida para abertura da licitação.

4 DECLARAÇÕES

- 4.1 Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.
- 4.2 Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições da Lei Federal nº 13.303/16, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023 e da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.
- 4.3 Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o “Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM” que se encontra disponível no site da Companhia no endereço eletrônico <https://www.cptm.sp.gov.br/licitacoes/Pages/Codigo-de-Conduto-e-Integridade-de-Fornecedores-e-Parceiros-Comerciais.aspx>.
- 4.4 Declaramos ter pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste contrato.

5 DADOS QUALIFICATIVOS DA PROPONENTE

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

carimbo e assinatura do(s) representante(s) legal(is)

Nota: Apresentar a Proposta em papel timbrado da PROPONENTE.

ANEXO 5

LICITAÇÃO LC00526

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(local e data)

À

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
A/C Gerência de Contratações e Compras

LICITAÇÃO LC00526 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA A SUPERVISÃO DE PROJETOS E DE OBRAS DA LINHA 10 - TURQUESA DA CPTM, COMPREENDENDO AS OBRAS DE ACESSIBILIDADE, NR24 E AVCB DAS ESTAÇÕES SANTO ANDRÉ E MAUÁ.

Prezados Senhores,

(NOME DA PROPONENTE), CNPJ, por seu(s) representante(s) legal(is) infra assinado(s), credencia, delegando poderes totais para representá-la perante essa empresa, em todos os atos da LICITAÇÃO acima referenciada, exceto para a assinatura do contrato:

(Qualificar credenciado com nome, cargo e RG.)

Atenciosamente,

carimbo e assinatura do(s) representante(s) legal(is)

Nota: Apresentar esta Carta de Credenciamento em papel timbrado da PROPONENTE.

ANEXO 6**LICITAÇÃO LC00526****MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO**

....., inscrito no CNPJ sob o nº _____.____.____/____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do C.P.F. nº, DECLARA, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, em observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Local), de de .

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

Nota: Apresentar esta Declaração em papel timbrado da PROPONENTE.

ANEXO 7**LICITAÇÃO LC00526****DECLARAÇÃO - REGIME TRIBUTÁRIO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

À

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

Referência: LICITAÇÃO Nº/.....

OBJETO: _____

Pela presente, declaro, sob as penas da Lei, que à época do período do balanço apresentado, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estava enquadrada conforme segue:

a) Quanto ao regime tributário:

- ☐ optante pelo regime de tributação com base no **Lucro Real**.
- ☐ optante pelo regime de tributação com base no **Lucro Presumido, obrigada a Escrituração Contábil Digital (ECD-SPED)**, nos termos previstos em Instrução Normativa da Receita Federal vigente.
- ☐ optante pelo regime de tributação com base no **Lucro Presumido**, contudo, não obrigada a Escrituração Contábil Digital (ECD-SPED), nos termos previstos em Instrução Normativa da Receita Federal vigente, e não optante.
- ☐ optante pelo regime de tributação com base no **Lucro Presumido**, contudo, não obrigada a Escrituração Contábil Digital (ECD-SPED), nos termos previstos em Instrução Normativa da Receita Federal vigente, e optante.
- ☐ optante pelo regime de tributação com base no Simples Nacional e optante pela Escrituração Contábil Digital (ECD-SPED).
- ☐ optante pelo regime de tributação com base no Simples Nacional.

b) Quanto ao porte:

- ☐ É sociedade de grande porte, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007.
- ☐ Não é sociedade de grande porte, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007.

Local, xx de xxxxxxxxxxxxxx de xxxx.

Responsável pela Empresa

(nome, qualificação, assinatura, e CPF)

Nota: Apresentar esta Declaração em papel timbrado da PROPONENTE.

ANEXO 8

LICITAÇÃO LC00526

PLANILHA DE QUANTIDADES E ORÇAMENTO ESTIMADO

Anexo 8 - Planilha de Quantidades e Orçamento Estimado

Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para a supervisão de projetos e de obras da Linha 10 - Turquesa da CPTM, compreendendo as obras de acessibilidade, NR24 e AVCB das Estações Santo André e Mauá

Data Base: Outubro/2025

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
01	COORDENAÇÃO GERAL					1.372.208,64
14.01.01.100.02	Coordenador geral	h	4.224,00	324,86	1.372.208,64	
02	PLANEJAMENTO E CONTROLE					1.243.096,80
14.01.01.100.12	Engenheiro de obras - sênior	h	2.112,00	264,80	559.257,60	
14.01.01.100.11	Engenheiro de obras - pleno	h	2.640,00	194,24	512.793,60	
14.01.01.100.18	Técnico de edificações	h	2.640,00	64,79	171.045,60	
03	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS					980.717,76
14.01.01.100.62	Coordenador setorial	h	1.056,00	305,17	322.259,52	
14.01.01.100.15	Engenheiro de projetos Civil - sênior	h	1.056,00	249,78	263.767,68	
14.01.01.100.14	Engenheiro de projetos Civil - pleno	h	1.056,00	186,88	197.345,28	
14.01.01.100.14	Engenheiro de projetos Sistema - pleno	h	1.056,00	186,88	197.345,28	
04	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E IMPLANTAÇÕES					3.075.552,48
14.01.01.100.62	Coordenador setorial	h	2.640,00	305,17	805.648,80	
14.01.01.100.12	Engenheiro de obras - sênior	h	2.640,00	264,80	699.072,00	
14.01.01.100.11	Engenheiro de obras - pleno	h	2.640,00	194,24	512.793,60	
14.01.01.100.06	Engenheiro de montagem de Sistema - sênior	h	2.640,00	209,77	553.792,80	
14.01.01.100.18	Técnico de edificações	h	2.640,00	64,79	171.045,60	
14.01.01.100.20	Técnico de montagem de sistema	h	1.056,00	137,32	145.009,92	
14.01.01.100.47	Topógrafo.	h	1.056,00	53,91	56.928,96	
14.01.01.100.48	Auxiliar de topografia.	h	1.056,00	39,43	41.638,08	
14.01.01.100.64	Técnico de edificações - noturno	h	1.056,00	84,87	89.622,72	
05	SUPERVISÃO AMBIENTAL					620.590,08
14.01.01.100.08	Engenheiro ambiental - pleno	h	2.112,00	233,51	493.173,12	
14.01.01.100.19	Técnico de meio ambiente	h	2.112,00	60,33	127.416,96	
06	SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL					876.205,44
14.01.01.100.16	Engenheiro de segurança do trabalho - pleno	h	2.112,00	216,90	458.092,80	
14.01.01.100.21	Técnico de segurança do trabalho	h	2.112,00	85,03	179.583,36	
14.01.01.100.63	Técnico de segurança do trabalho - noturno	h	2.112,00	112,94	238.529,28	
07	APOIO TÉCNICO / CONSULTORIA					58.170,00
14.01.01.100.24	Consultor especial	h	150,00	387,80	58.170,00	
08	DESPESAS DE TRANSPORTE					404.174,88
14.01.01.102.08	Veículo grupo S-1 - Hatch de 1.0 a 1.6 seminovo, 2ª feira a domingo, 12h diárias com motorista e com combustível	un x mês	24,00	16.328,62	391.886,88	
14.01.01.105.01	Aparelho de topografia estação total + nível	un x mês	6,00	2.048,00	12.288,00	
					TOTAL GERAL:	8.630.716,08

ANEXO 9**LICITAÇÃO LC00526****MODELO DE DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

ILC - ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE $\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \dots\dots\dots$		AC = ATIVO CIRCULANTE PC = PASSIVO CIRCULANTE AC = R\$..... PC = R\$.....
DATA	NOME DA EMPRESA	IDENTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:

ANEXO 10**LICITAÇÃO LC00526****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

....., inscrita no CNPJ nº _____.____.____/____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do C.P.F. nº, DECLARA que em nome da matriz e filial(is), para fins da LICITAÇÃO LC00526 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA A SUPERVISÃO DE PROJETOS E DE OBRAS DA LINHA 10 - TURQUESA DA CPTM, COMPREENDENDO AS OBRAS DE ACESSIBILIDADE, NR24 E AVCB DAS ESTAÇÕES SANTO ANDRÉ E MAUÁ, que reúne as condições de participação constantes do subitem 3.1 do Edital e que não se encontra impedida de licitar e de ser contratada pela CPTM, pelos motivos constantes arts. 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 04/12/2023.

(Local), de de .

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

Nota 1: Apresentar o telefone e o e-mail de contato da PROPONENTE.

Nota 2: Apresentar esta Declaração em papel timbrado da PROPONENTE.

ANEXO 11**LICITAÇÃO LC00526****MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

....., inscrita no CNPJ nº _____.____.____/____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e do C.P.F. nº, DECLARA, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, que não se enquadra em nenhuma das situações previstas nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, impeditivas do benefício do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência, como critério de desempate, no procedimento licitatório da LICITAÇÃO LC00526 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.

(Local), de de .

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

Nota: Apresentar esta Declaração em papel timbrado da PROPONENTE.

ANEXO 12**LICITAÇÃO LC00526****MODELO DE HISTÓRICO PROFISSIONAL****A) INSTRUÇÕES GERAIS**

- O histórico é individual, devendo ser assinado pelo profissional;
- Deverão ser preenchidos todos os campos do formulário Histórico do Profissional;
- Verso da Folha - Pode ser utilizado apenas para continuação da experiência nas disciplinas.

B) INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

- 1 CATEGORIA PROFISSIONAL: categoria a qual se enquadra (COORDENADOR GERAL...);
- 2 EMPRESA: nome da empresa proponente ou do consórcio do qual faz ou fará parte;
- 3 NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL;
- 4 Nº DO CPF;
- 5 Nº DO REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE PROFISSIONAL;
- 6 DATA DE ADMISSÃO: se pertencer ao quadro permanente;
- 7 ESPECIALIZAÇÃO: Área de formação profissional;
- 8 POSIÇÃO NA EMPRESA: caso pertença ao quadro permanente da empresa, indicar qual condição (diretor, sócio, empregado), caso contrário, preencher com um "X";
- 9 DATA DE NASCIMENTO;
- 10 FONE DE CONTATO DO PROFISSIONAL;
- 11 ENDEREÇO: logradouro, nº, bairro, CEP;
- 12 GRADUAÇÃO, CURSOS DE EXTENSÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ETC: no máximo 4 cursos.
- 13 QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA DO PROFISSIONAL:
 - 13.1 Nº DE IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO HÁBIL ANEXADO;

- 13.2 Nº DA(S) PÁGINA(S)/FOLHA(S) QUE SE LOCALIZA O DOCUMENTO HÁBIL NA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA;
- 13.3 EMPRESA CONTRATANTE RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DO DOCUMENTO HÁBIL;
- 13.4 PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTE DO DOCUMENTO HÁBIL;
- 13.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONSIDERANDO APENAS PERÍODOS COM EXECUÇÃO NÃO SIMULTÂNEA: expressar o tempo em anos e/ou meses;
- 13.6 TRANSCRIÇÃO SINTETIZADA DO CONTEÚDO CONSTANTE DO DOCUMENTO HÁBIL, CONTEÚDO ESTE QUE EVIDENCIA A EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA DO PROFISSIONAL NA DISCIPLINA CORRESPONDENTE: o texto expresso nesse campo deverá ser destacado no documento hábil anexado a este HISTÓRICO PROFISSIONAL; caso necessário numerar, no mesmo campo, quando o documento hábil apresentar mais de uma evidência de experiência na execução dos serviços;
- 13.7 INDICAR A(S) PÁGINA(S)/FOLHA(S) DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA QUE DEMONSTRAM A EXPERIÊNCIA INDICADA NO CAMPO 13.6;
- 13.8 INDICAR A(S) PÁGINA(S)/FOLHA(S) QUE SE LOCALIZA A COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE DO PROFISSIONAL PERANTE AO CONSELHO DE CLASSE.

HISTÓRICO PROFISSIONAL							
¹ CATEGORIA PROFISSIONAL:				² EMPRESA:			
³ NOME DO PROFISSIONAL:				⁴ Nº DO CPF		⁵ CONSELHO / Nº:	
⁶ DATA DE ADMISSÃO:	⁷ ESPECIALIZAÇÃO:	⁸ POSIÇÃO NA EMPRESA:	⁹ DATA DE NASCIMENTO:	¹⁰ FONE DE CONTATO:	¹¹ ENDEREÇO:		
¹² GRADUAÇÃO, CURSO DE EXTENSÃO, PÓS GRADUAÇÃO, ETC							
ESPECIFICAÇÃO		ESTABELECIMENTO DE ENSINO OU ENTIDADE		LOCALIDADE		DURAÇÃO	ANO DE CONC
¹³ QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA DO PROFISSIONAL							
^{13.1} DOCUMENTO HÁBIL Nº	^{13.2} PÁGINAS / FLS.	^{13.3} CONTRATANTE	^{13.4} PERÍODO DE EXECUÇÃO	^{13.5} PERÍODO CONSIDERADO	^{13.6} TRANSCRIÇÃO DO CONTEÚDO COMPROBATÓRIO DA EXPERIÊNCIA	^{13.7} PÁG Nº:	^{13.8} REGULARIDADE NO CONSELHO – PAG Nº
	a		/ / a / /				
	a		/ / a / /				
	a		/ / a / /				
	a		/ / a / /				
	a		/ / a / /				
	a		/ / a / /				
ASSINATURA DO PROFISSIONAL				LOCAL		DATA	
OBS.: DEVERÁ SER PREENCHIDO ATENDENDO NA ÍNTEGRA AS INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO; OUTRAS INFORMAÇÕES DEVEM SER DADAS NO VERSO DA FOLHA				A ASSINATURA DO PROFISSIONAL REPRESENTA: 1 – SEU CONHECIMENTO E ANUÊNCIA SOBRE OS DADOS FORNECIDOS 2 – SUA CONCORDÂNCIA PARA SER INCLUÍDO NA EQUIPE NAS ATIVIDADES EM NÍVEIS DEFINIDOS 3 – SEU COMPROMISSO DE ESTAR DISPONÍVEL NO PERÍODO PROPOSTO 4 – SUA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NO PRESENTE CURRÍCULO			

ANEXO 13**LICITAÇÃO LC00526****MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS****1 OBJETIVO**

Indicar a disponibilidade da equipe técnica a serem alocados na execução dos serviços objeto desta licitação.

2 PREENCHIMENTO

O Modelo deverá identificar a equipe a ser alocada nos serviços.

DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS											
ITEM	NOME DO PROFISSIONAL	RELAÇÃO PROFISSIONAL X EMPRESA					DISPONIBILIDADE				
		VINC.	PART.	REG.	FUNÇÃO		SERVIÇO ATUAL			HORAS TRAB.	
					FORMAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	HORAS	TERM.	COM.	EXTRA
DATA	NOME DA EMPRESA:			IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:							

VINC. 1 - ACIONISTA
 2 - SÓCIO
 3 - FUNCIONÁRIO CLT
 4 - AUTÔNOMO
 5 - COMPROMISSO FUTURO

PART. 1 - EVENTUAL
 2 - PERMANENTE

REG. 1 - TEMPO INTEGRAL DEDIC. EXCLUSIVA
 2 - TEMPO INTEGRAL
 3 - TEMPO PARCIAL
 4 - OUTROS

FORMAÇÃO 1 - ENGENHEIRO
 2 - TÉCNICO

ANEXO 15**LICITAÇÃO LC00526****TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CONTRATADA:

CONTRATO: LC00526-01

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA A SUPERVISÃO DE PROJETOS E DE OBRAS DA LINHA 10 - TURQUESA DA CPTM, COMPREENDENDO AS OBRAS DE ACESSIBILIDADE, NR24 E AVCB DAS ESTAÇÕES SANTO ANDRÉ E MAUÁ.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL: São Paulo/SP

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**Pelo contratante:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Gestor do contrato:

Nome:

Cargo:

CPF:

ANEXO 16**LICITAÇÃO LC00526****MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARTE RELACIONADA**

Prezados Senhores,

Eu, [NOME COMPLETO], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], CPF nº [], [FUNÇÃO OU CARGO], na condição de representante da empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ nº _____, em atendimento à Política de **Transações com Partes Relacionadas** da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, disponível através do endereço eletrônico <https://www.cptm.sp.gov.br/cptm/esg-consciente/praticas-de-governanca/legislacao-estatuto-social-e-politicas>, **DECLARO**, sob as penas cabíveis, que, seja em nossa empresa ou em outra empresa na qual tenhamos sociedade ou que pertença ao nosso grupo empresarial, na posição de administrador (diretor ou conselheiro) ou sócio:

() **NOS ENQUADRAMOS** como **Parte Relacionada da CPTM**.

() **NÃO NOS ENQUADRAMOS** como **Parte Relacionada da CPTM**.

Qualquer modificação na informação acima, durante o período de execução do contrato, será reapresentada à CPTM, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias a contar da alteração e encaminhada por e-mail para o endereço eletrônico: programa.integridade@cptm.sp.gov.br.

Declaro ciência de que, na hipótese de identificação como **Parte Relacionada à CPTM**, a transação deverá seguir os tramites específicos, podendo comprometer prazos.

No caso de parte relacionada, pessoa física, detalho a indicação para que o processo seja conduzido sob a ótica da Conformidade das Transações com Partes Relacionadas.

NOME	CPF	PARENTESCO	EMPREGADO CPTM	CARGO OCUPADO

Se a parte relacionada for entre Organizações:

PARTE RELACIONADA	EMPRESA	CNPJ
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO		
ADM DIRETA OU INDIRETA DO GESP		
ACIONISTA DA CPTM CONTROLA DIRETA OU INDIRETAMENTE CPTM OU GESP INFLUENCIAM OU TEM REPRESENTANTE NA ADM DA EMPRESA		
GESTORA DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO		

_____, ____ de _____ de _____

assinatura do representante legal
(com carimbo da PROPONENTE)

As pessoas físicas ou jurídicas que se enquadram nas condições acima, permanecem consideradas como Parte Relacionada por 180 (cento e oitenta) dias após a cessação desta condição.